

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874

2021



COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMPOSIÇÃO

Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida
Desembargadora Coordenadora

Teresa Cristina Cabral Santana
Juíza de Direito Vice- Coordenadora

Rafaela Caldeira Gonçalves
Juíza de Direito

Danielle Galhano Pereira da Silva
Juíza de Direito

Renata Mahalen da Silva Teles
Juíza de Direito

SUMÁRIO

Composição da COMESP.....	02
Sumário, Resoluções e Portaria de Criação da COMESP.....	03/04
Reuniões das integrantes da COMESP.....	05
Assuntos pautados.....	05/15
Ofícios expedidos.....	15
Eventos, cursos, seminários e palestras.....	16/18
Notícias da COMESP publicadas no Portal do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	19/78
Resoluções, Portarias e Comunicados publicados no DJE do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	79/87
Composição e localização da Coordenadoria de Apoio Administrativo.....	88/89

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
(ARTIGO 6. DA RESOLUÇÃO Nº 561/2012)**

2021

Resolução nº 561 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 20/03/2012 - Criação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.540 de 26 de março de 2012, publicada no DJE em 28/03/2012 - Designação das Integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.554 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 19/04/2012 - Criação da Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP.

Designação de funcionários para a Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP, publicada no DJE em 18/01/2013.

Instalação física da Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP no Fórum João Mendes Júnior em 18/02/2013.

Reuniões das integrantes da COMESP

Reuniões de trabalho: 78 – Virtualmente pelo Microsoft Teams

Reuniões extraordinárias internas: 10- Virtualmente pelo Microsoft Teams

Reuniões extraordinárias externas: 25- virtualmente- diversas plataformas

ASSUNTOS PAUTADOS

–Projeto Escolar. Apresentação do Planejamento para 2021:

-Plano de ação para evitar os crimes de gênero

- Medidas adotadas em caráter preventivo, avisos, notícia da violência, contatos com a polícia civil.

-Sugestão de uma campanha sobre violência psicológica.

- Implementação da competência híbrida das Varas de Violência Doméstica;

- Equipes multidisciplinares especializadas para atuação nas Varas de Violência Doméstica, inclusive por meio de convênios com outros órgãos e o Executivo

-uso de tornozeleiras eletrônicas para os autores de violência doméstica

- “Podcast” sobre a violência doméstica pelo Tribunal de Justiça.

- Formação de Magistrados e Magistradas que atuem nas Varas de Violência Doméstica e nas Varas de Família, cursos promovidos pela EPM.

-Curso de Avaliação de Risco e o Curso de Especialização da USP a serem realizados esse ano;

- Reuniões de Rede com a Secretaria Estadual da Saúde e da Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania.

- Participação de maior número de Juízes e Juízas, no Projeto de Vida, além do Projeto Escolar, junto com a Secretaria Estadual da Educação;

- Protocolo de investigação nos casos de feminicídio. articulação com os demais integrantes da Rede para a elaboração desse documento;

- Aplicativo para o pedido de medidas protetivas de urgência como facilitador de acesso a Justiça.

-Formação de um grupo de trabalho com a Presidência e CGJ, com o Des. Coordenador da EPM e o Des. Coordenador da Infância.

-Projeto Fênix – Apolônias do Bem. fluxo de atendimento- -vítima sem acesso a computador ou internet, poderia se descolar aos serviços de Rede (CREAS, CRAS, Casa da Mulher Brasileira, etc), para a avaliação junto a equipe da Apolônias do Bem virtualmente.

–Medidas de divulgação do trabalho da Comesp.

– Divisão de trabalho entre os membros da Comesp, conforme projetos.

– Avaliação de Riscos: Novidades sobre o sucesso do curso.

– Aproximação do DECRIM para criação de fluxo com as varas de violência doméstica para acompanhamento dos grupos reflexivos.

– Curso OAB-Butantã – Capacitação Advogados – parceria Comesp.

-Vídeo da Assessoria de Imprensa do TJ e a divulgação dos eventos mensais sobre violência psicológica, suas evoluções e consequências, abrangendo inclusive o feminicídio.

-Realização de um vídeo curto com os feitos da COMESP no ano passado, para abertura do ano COMESP.

–Sugestão de chamar a Conselheira Tania Cristina do CNJ para participar do próximo evento da COMESP, sobre violência psicológica, com a participação de alguém da área médica (Dr. Drauzio Varela, ou Dra. Ana Flavia, ou Dra. Elisiene, ou Dra. Albertina).

-Eventos mensais, com a colaboração do cerimonial do TJ, sobre “Diálogos sobre violência psicológica”, com temáticas específicas a cada evento - com relação a família, gênero, raça, crianças, cuidados com quem trabalha nessa área - (sugestão Juíza Ana Luisa Schmidt Ramos do TJSC), iniciando em março, inclusive sobre o feminicídio (com a utilização de declarações de vítimas de tentativa de feminicídio).

– Indicação para que os Juízes e Juízas do interior divulguem os trabalhos realizados com a Rede de Enfrentamento, como reuniões de Rede, para compartilhamento e reprodução de boas práticas no combate a violência doméstica.

– Envio de email pela COMESP para todos os Juízes e Juízas de Vara Cumulativa, Júri, Criminal e de Vara de Violência Doméstica que pudessem apresentar os projetos que estão fazendo no combate a violência doméstica.

– Divisão de trabalho entre os membros da COMESP, conforme projetos

– Avaliação de Riscos: informações atualizadas acerca do sucesso do curso.

-Especialização com convênio com a USP para segundo semestre de 2021 ou no ano de 2022.

-Formação de Roda de Conversa na Fundação Casa.

- Projeto Escolar. Sugestão de um tema para servir como eixo temático para cada ano de trabalho. Neste ano de 2021, a proposta do eixo temático seria: Pandemia: efeitos e consequências. Tema este para ser trabalhado nas diferentes áreas (Psicológica, Direito, Medicina, Direito etc...).

- Incorporação ao grupo de trabalho do ESCOLAR da equipe técnica e das juízas da Vara do SANCTUS.

- Campanhas em 2021 sobre alguns assuntos específicos, em especial feminicídio e violência doméstica.

- Projetos da Comesp.

- Apresentação dos Projetos com a divisão de trabalho entre integrantes da Comesp e as colaboradoras, com a indicação de sugestões:

- Informativa

- Cocevid – Participam a Dra. Rafaela, Desa. Rachid e Lívia.

- Fonavid – esclarecimentos sobre o que está sendo discutido na diretoria do Fonavid, como feminicídio como um crime autônomo, necessidade da continuidade de realização de “lives”.

- NUDEM/GEVID

- Questões do CNJ – Resolução 79 do CNJ sobre a capacitação e formação de Juízes e Juízas que atuam no âmbito da Violência Doméstica, informando sobre o Curso de Avaliação de Risco e a necessidade de participação de Magistrados e Magistradas nesse curso

- Curso Faces da Violência (direito digital)

- Curso Mulheres por uma Cidade Sustentável

- Pós graduação – parceria da EPM com a USP de Ribeirão Preto

- Curso Café com Direitos

- Carta de Mulheres

- Reuniões Juízes e Juízas de 1º grau

- Grupo Questões Raciais e Diversidade com Apamagis

- Violência Obstétrica

- Competência híbrida – formação de GT e reunião com o Consórcio Maria da Penha

- Curso de formação de Rede – formação continuada de todos e todas atores da Rede de Enfrentamento da Violência contra a Mulher

- Diversidade do TJ – implementar esse tema dentro do Tribunal de Justiça

-Diversidade DEF/MP/OAB/FGV

- Divulgação do Projeto Fenix e Apolonias do Bem para a próxima reunião mensal com os Juízes e Juízas da Capital e Interior, inclusive como devem ser feitos os encaminhamentos.

- Indicações de datas para a cerimônia para firmar o Termo de Cooperação do Projeto de Vida

– Reunião com o Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro – COCEVID – Assunto: Semana da Justiça pela Paz em Casa.

- Repercussão da primeira edição da Informativa. - Compartilhamento dos textos e elaboração de comentários pela Dra. Rafaela. - Dra. Silvia Pimentel vai escrever o texto sobre o Movimento Feminista. - Resenha sobre o Podcast Praia dos Ossos a ser elaborada pela Dra. Teresa e Dra. Flavia. - Indicação de vítimas para a gravação de vídeos para a Campanha.

-Análise sobre aquisição e distribuição de monitoramento eletrônico para utilização pelas Varas de Violência Doméstica Familiar, bem como formulação de fluxo para instalação e monitoramento das tornozeleiras.

- Discussão acerca do conteúdo da cartilha do Projeto devida com a aprovação

-Reunião com a Dra. Sylmara Berger para ampliar e priorizar o atendimento emergencial para as vítimas de violência doméstica do Projeto Fênix, bem como no atendimento emergencial hospitalar e médico

- Programação da 4ª Edição do Curso Faces da Violência.

- Eixo temático para as palestras do tema ACESSO À JUSTIÇA, servindo como norte para tal abordagem a Recomendação 33 do Comitê Cedaw. - SUGESTÃO DE TEMAS, AULAS E PALESTRANTES: -FACES DA VIOLÊNCIA - ACESSO À JUSTIÇA

– Reunião com o Grupo de Trabalho das Tornozeleiras eletrônicas

- Necessidade de formalização do convênio para implementação do projeto das tornozeleiras eletrônicas entre o Governador do Estado de São Paulo e o Presidente do Tribunal de Justiça.

- Agosto de 2021 (semana de aniversário da Lei Maria da Penha) para fins de divulgação do cronograma de trabalho do Projeto de Vida;

- Elaboração de um Edital convidando os Municípios para participarem do curso de formação a ser realizado por meio do Projeto de Vida;

-Diversidade na Magistratura.

-Plano de Trabalho para o Ano de 2021 para a Promoção da Diversidade e da Inclusão

-Resenha de livros no site da EPM em parceria com a COMESP, para os meses de setembro a dezembro/2021;

- Pílulas Informativas, com periodicidade mensal, inclusive nas mídias sociais da Imprensa do TJ;
- Calendário de eventos pautados no “Calendário da Diversidade” – 1º evento: Dia Internacional Contra a Discriminação Racial – 21/03;
- Verificação da possibilidade de divulgação das Pílulas Informativas nos transportes.
- Construção do projeto para a Fundação Casa e os CICs para os usuários com formatação de dois projetos distintos: um com relação à Fundação Casa e outro com relação aos CICs, tendo em vista as especificidades de cada equipamento.
- Estrutura do projeto por escrito quanto às duas instituições (CICs e Fundação Casa), em princípio no formato de Roda de Conversa.
- Diversidade na Magistratura. - Resenha de livros: estão sendo inseridas no site da EPM. APAMAGIS: serão realizadas resenhas e inseridas no site APAMAGIS, de forma permanente para consulta como biblioteca
- Comitê Cedaw -40 anos do início de vigência da CEDAW
- Mulheres na constituinte
- Calendário de eventos pautados no “Calendário da Diversidade”
- Campanhas de “boas ideias” e de “boas práticas” para um mundo mais inclusivo no âmbito corporativo.
- Proposta relacionada à criação de fluxo entre as varas de violência doméstica e varas de execução para encaminhamento de sentenciados aos grupos reflexivos.
- Curso Mulheres por uma cidade sustentável.
- Discussão sobre os conflitos de atribuição e de competência referentes aos processos e inquéritos policiais de estupro de vulnerável de vítimas crianças, nos Sanctvs e nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- Dificuldade ao acesso à Justiça para as vítimas, revitimização, falta de estrutura do Sanctvs, necessidade de articular equipes técnicas para todas as Varas de Violência Doméstica, atrasos nos processos e inquéritos policiais em razão dos conflitos suscitados. Uniformização e alinhamento de um posicionamento com os Juízes e Juízas para que não haja prejuízos para as vítimas com os andamentos de inquéritos policiais e processos.
- Políticas públicas contra violência obstétrica e psicológica em hospitais.
- Retomar a pauta sobre a violência obstétrica.
- Incidência de mortes de mulheres grávidas no Brasil, por Covid 19.
- Sugestão de diálogo e protocolo prévio e transparente por parte dos Hospitais, para garantir toda a segurança necessária para as mulheres grávidas com covid.

-Importante a indicação de acompanhante prévio, sem poder trocar, com protocolos prévios e uso de equipamentos adequados.

-Trazer para o Ministério da Saúde a vacinação de gestantes e puérperas como prioridade.

-Sobre o abortamento- Não há política estadual referente as instituições no interior, como acomodação dessas mulheres. Também existem denúncias de exigências não previstas lei, como a exigência de boletim de ocorrência, IML, entre outros.

- Nota Técnica nº 1/2021 – DPAES/SAPS/MS sobre Vacinas Covid 19 em gestantes, puérperas e lactantes. Não dá para fazer a campanha pois não há estudos suficientes para esse grupo.

-Problema referentes as doulas que não estão sendo autorizadas a acompanhar os partos.

-Data do Congresso de saúde, nos finais de semana de agosto e de setembro - de 5ª feira a noite, 6ª feira o dia todos e Sábados de manhã. Definição dos temas: Violência doméstica logo após a Abertura do Congresso, que ocuparia todas as salas, apresentação. Outros temas: Violência obstétrica e Abortamento legal.

– Levar a questão da mortalidade na Covid 19, associando a ODS Saúde, para o evento das Mulheres em Cidade Sustentável, seria um dia específico para tal temática.

– Datas comemorativas: Dia da mortalidade materna e o Dia dos 10 anos do julgamento de Aline Pimentel pela CEDAW

-Evento em conjunto sobre os 10 anos do julgamento do Caso de Aline Pimentel, entrelaçado com o julgamento do STF da Lei da autoria da Janaína Pascoal, com a Defensoria, SOGESP e a COMESP.

- Sugestão de Live dentro do Projeto Rompa com Dra. Rossana Pulcinelli e Comesp.

- Revista da SOGESP entrevista para a divulgação do Projeto Rompa, com a versão para os médicos e médicas e a versão para pacientes, bem como outra matéria sobre o julgamento do caso Aline Pimentel e a violência obstétrica, para sair agosto e setembro.

- Palestrante e data sobre o tema Violência Obstétrica/Mortalidade Materna/Abortamento Legal no Curso Mulheres em uma Cidade Sustentável

- Pílulas Informativas sobre Dia da Mortalidade Materna e 10 anos do Julgamento do Caso Aline Pimentel na CEDAW (julho)

- Informativa de julho/agosto sobre o Julgamento do Caso Aline Pimentel e Violência Obstétrica

- Evento em conjunto com a Defensoria Pública e a SOGESP sobre os 10 anos do Julgamento do caso Aline Pimentel na CEDAW e Violência Obstétrica

- Live no Projeto Rompa sobre Violência Obstétrica

-Projeto Fênix – Apolônias do Bem.

-Competência híbrida.

- Preocupação com as instaurações de conflito de competência entre as Varas de Violência Doméstica e o Sanctvs, em razão dos prejuízos que são trazidos para as partes.

- Agendamento de reunião para discussão e próximos encaminhamentos, com eventual envolvimento da rede de proteção para verificação e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência sexual.

-Convênio com o Projeto Rompa.

- B.O. eletrônico.

-Importância da utilização do Formulário de Avaliação de Risco do CNJ.

- Termo de Cooperação do Projeto Escolar. -Necessidade da confecção do plano de trabalho em conjunto para acompanhar o Termo de Cooperação. Possibilidade de incluir no termo de convênio o projeto da Secretaria de Saúde de autoria da Dra. Sylmara Berger.

-Projeto Devida.

-Publicação da Cartilha do Projeto Devida, com inclusões de informações regionais. Sugestão de projeto piloto em São José dos Campos.

– Sugestão de avaliação da experiência de Araraquara, em que houve a reunião da Secretaria de Saúde e Educação, também com projeto piloto nessa região.

-Diversidade – implementação de políticas públicas.

-Possibilidade de um Convênio com a ARPEN para a gratuidade na alteração de nome nos Cartórios, desde que haja compensação dos Cartórios de Registro Civil.

-Sugestão de PL Estadual, diante da natureza de taxa da cobrança dos Cartórios Cíveis, incluindo a PGE na discussão.

-Possibilidade de trazer para a discussão alguém de Cartório Extrajudicial que tenha interesse em aderir a causa

-Sugestão de trazer dados de quantas ações já foram propostas para solicitar a gratuidade da taxa de alteração de nome junto aos Cartórios de Registro Civil

– Projeto de Lei nº 743/2019: Torna gratuita a averbação da alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil da pessoa transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo).

-Colocação em prática do termo de cooperação firmado entre TJSP e a UNINOVE.

- Criação do Grupo de trabalho para a criação do fluxo do convênio com a UNINOVE.

-Informativa. Verificação do Cronograma Sugerido: Maio/2021 – Abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes Julho/2021 – Violência Obstétrica Setembro/2021 – CEDAW – 40 anos Novembro/2021 – Lei Maria da Penha – 16 dias de ativismo. Eixos Temáticos: Mulheres Encarceradas, Gênero e Pandemia, Gênero e Transexualidade

- Definição do fluxo de atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica pela UNINOVE.

-Reunião com o Desembargador LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ, Diretor da Escola Paulista da Magistratura. Assunto: Projeto de Cursos Comesp.

-Comunicado para todos os Juízes e Juízas dos encaminhamentos das mulheres para início do atendimento pela UNINOVE a partir de 10.05, para aprovação de todos e todas até o dia 03.05, a ser elaborado pela Presidência.

-Estabelecimento do fluxo para implementação das tornozeleiras eletrônicas e botão do pânico, nas Varas de Violência Doméstica, com sugestão de que o projeto piloto começasse nas Varas do Butantã e também no Anexo de Violência Doméstica de Santo André.

-Curso Mulheres por uma cidade sustentável. Sugestão do formato

Competência híbrida.

Reunião solicitada pelos Juízes da Violência Doméstica quanto a eventual competência híbrida das Varas.

-Revisão do questionário por todos os participantes após as alterações sugeridas pela equipe técnica de Santo André.

-Projeto de vida para apresentação da proposta de plano regional e os dados disponíveis da área da Saúde, para dar início pelas instituições a elaboração do plano regional de trabalho junto com os técnicos do MP.

- Apresentar uma proposta final para o plano de adesão dos Municípios ao Projeto de Vida apresentada pela Dra. Sylmara por email.

-Montagem do fluxo prático para as tornozeleiras, abrangendo os seguintes aspectos: 1. hipóteses de não validade de justificativa de ausência de sinal, 2. determinações relativas à colocação da tornozeleira, 3. determinações relativas à retirada e entrega da tornozeleira e o botão do pânico; 4. Notícias de alerta de intercorrência (fluxo para atendimento das vítimas nas hipóteses de intercorrência); 5. Relatório de acompanhamento da medida cautelar; 6. Protocolo para os juízes

-Projeto de Lei nº 3.244/2020, envio de um e-mail à cúpula do Tribunal de Justiça - Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Geral da Justiça e Presidente da Seção Criminal, para conhecimento.

-Elaboração do tutorial para o preenchimento completo do boletim eletrônico;

- Alteração do Formulário de Avaliação de Risco, com a facilitação da linguagem para melhor compreensão das vítimas, sem alteração do conteúdo e sem desrespeitar as disposições legais;

- Sugestão de trocar a ordem do sistema do boletim eletrônico, com a opção inicial de solicitação das medidas protetivas de urgência, e após o formulário de avaliação de risco, com a observação de que não é obrigatório o seu preenchimento, mas é de grande importância para a análise do pedido de medidas protetivas;
- Sugestão de incluir o sistema de Árvore de decisões na descrição dos fatos no corpo do boletim eletrônico.
- Divulgação do Projeto #ROMPA na Assembleia Legislativa
- responsáveis da Fundação Casa farão a alteração do projeto piloto com os documentos enviados para os e as adolescentes.
- Divisão do projeto para servidores e servidoras, adolescentes, e genitoras dos e das adolescentes pelas integrantes da COMESP.
- Elaboração de Termo de Cooperação com a Fundação Casa para a oficialização do Projeto com a Secretaria de Justiça pela COMESP.
- Congresso da SOGESP:
- Violência Doméstica e Femicídio
- Definição da plataforma do evento Live no dia 13 de agosto de 2021 – primeiramente pela plataforma da Defensoria Pública, não sendo possível verificar a plataforma do TJ.
- Encaminhar o email com o Plano de trabalho para a Secretaria de Educação, para a inclusão no Google Drive da parte da COMESP.
- Pedido de criação de vara de violência doméstica em Santos e apoio para projetos ligados ao combate da violência de gênero.
- Grupos reflexivos masculinos
- Parceria entre o Conselho da Mulher Empreendedora e da Cultura do Estado de São Paulo – CMEC e o Tribunal de Justiça de São Paulo - Projeto #ROMPA
- Proposta de uma Cartilha específica própria do Projeto de Vida para agentes públicos do Estado, gestores e autoridades municipais.
- Workshop Internacional sobre "Políticas judiciais em gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres: avanços e desafios"
- Ofício da COMESP junto com o NUDEM e o GEVID para o Hospital Clínicas para revisão do protocolo de medicações e inclusão da vacina de HPV para casos de abuso sexual atendendo a solicitação da Dra. Albertina

- Proposta de notícia para a Imprensa do TJ sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha – Realização de Lives nos aspectos multidisciplinares da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e outras integrantes da rede de enfrentamento a violência contra a mulher
- Proposta de eventos sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha - Temas: Avanços e Desafios dos 15 anos da Lei Maria da Penha.
- Alterações legislativas da Lei Maria da Penha – Stalking e Violência Psicológica– PodCast - Série Jurídiquês não tem vez –
- Importâncias das alterações legislativa – relatos de violência psicológica
- Resolução nº 853/2021 - TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
- implementação das torçoeleiras eletrônicas
- Ofício da COMESP junto com o NUDEM e o GEVID para o Hospital Clínicas para revisão do protocolo de medicações e inclusão da vacina de HPV para casos de abuso sexual atendendo a solicitação da Dra. Albertina
- Proposta de notícia para a Imprensa do TJ sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha
- Realização de Lives nos aspectos multidisciplinares da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e outras integrantes da rede de enfrentamento a violência contra a mulher
- Importâncias das alterações legislativa sob o aspecto da Masculinidade
- Pedir para a Imprensa do TJ – divulgar os eventos do Cocevid e da Defensoria Pública, nos dias 12 e 13/08.
- Marcar reunião com a Imprensa do TJ para fazer Lives e PodCasts em comemoração aos 15 anos da Lei Maria da Penha.
- Marcar reunião da COMESP, NUDEM, GEVID, Dra. Albertina e sua equipe, sobre o ofício a ser enviado para o Hospital das Clínicas.
- Renovação do Convênio nº 000.030/2017/CV entre o TJSP e a ONU Mulheres – A ONU solicitou reunião para tratar do convênio e aguardam agendamento.
- Expediente CNJ – despacho Presidência TJSP (nova Resolução CNJ nº 414/2021 - “Estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme os parâmetros do protocolo de Istambul, e dá outras providências”)
- Expediente Administrativo CPA nº 2021/33454 (expediente da STI, com resposta à solicitação de fornecimento de celulares e chips para as Varas de Violência Doméstica, com parecer do Juiz Assessor da Presidência).

-Expediente CNJ - despacho Presidência - (ATO nº 0006189-86.2021.2.00.0000) - CPA nº 2021/00093683 – DEPLAN - Recomendação CNJ nº 105/2021, que dispõe sobre a necessidade de se conferir prioridade à apreciação das hipóteses de descumprimento de medidas protetivas de urgência e à atuação em rede, com o Ministério Público e os órgãos integrantes da Segurança Pública, para se conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência, e dá outras providências.

-Vídeo das coordenadorias para o Cocevid para apresentar na reunião que ocorrerá no Fonavid.

-Fonavid:

-E-mail solicitando Nota Técnica de Apoio Parcial ao PL 510/2019, de autoria do Fonavid.

-E-mail do Doutor MATHEUS BARBOSA PANDINO, Juiz da 2ª Vara Judicial da Comarca de Itapeva – modelo de Proposta de convênio - Faculdade de Direito da FAIT.

-E-mail solicitando informação sobre pagamento de salários da mulher em caso de afastamento do trabalho, previsto no artigo 9º Inciso II da Lei Maria da Penha.

-Email do Deputado Delegado Antonio Assunção de Olim - Presidente da CPI que irá apurar a omissão e ação do Estado no combate e prevenção da violência contra a mulher

-Sistema novo de telefonia do prédio João Mendes Jr: a servidora Fabíola informou que a Comesp já recebeu as novas linhas digitais, sendo 4 linhas para a sala administrativa e uma para a sala de reunião.

-Avaliação do projeto desatando nós e também articulação sobre o protocolo de atendimento às vítimas de violência sexual.

OFÍCIOS:

Foram encaminhados no decorrer do ano de 2021, 29 ofícios expedidos pela COMESP.

EVENTOS

-Lançamento do Projeto #Rompa

08/03/2021 – Via Microsoft Teams

-Webinar - ‘semana da Mulher’ da Secretaria de Estado da Saúde.

09/03/2021- Via Microsoft Teams

- Cerimônia virtual, acordo de cooperação com a Universidade Nove de julho (UNINOVE), para a prestação de atendimento especializado a mulheres em situação de violência doméstica e familiar na Capital

11/03/2021- Via Microsoft Teams

- Reunião da Rede de Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

16/04/2021- Via Microsoft Teams

-Assinatura do Termo de Cooperação Técnica- Tornozeleiras Eletrônicas.

22/04/2021- Via Microsoft Teams

- Homenagem a Desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida

01/06/2021- Via Microsoft Teams

-Evento para divulgação do Edital do Projeto de Vida.

28/06/2021- Via Microsoft Teams

- 15 anos da Lei Maria da Penha- Reflexos do Direito Internacional no Sistema de Justiça Brasileiro

05/08/2021- Via Digital

-XV Jornada da Lei Maria da Penha

10/08/2021 – Plataforma Cisco Webex com transmissão pelo canal do CNJ no Youtube

-EMERJ- “Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em comemoração aos 15 anos da Lei Maria da Penha.

10/08/2021- Via Microsoft Teams

-COCEVID- WEBINÁRIO os 15 anos da Lei Maria da Penha e os desafios trazidos pela pandemia frente a agenda 2030 - Educação de qualidade- Gênero e Educação- Os Reflexos da diferença de Gênero e seus impactos na educação de mulheres e meninas.

10/08/2021, 19/08/2021, 24/08/2021 e 26/08/2021- Via Plataforma ZOOM

-Webinar Violência Psicológica e Crime- Olhares da Neurologia, Psicologia e Direito

16/08/2021- Plataforma Zoom.

- Cerimônia de Assinatura do Termo de Adesão à Campanha “ SINAL VERMELHO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”

21/09/2021- Via Plataforma ZOOM

**-XIIIFONAVID- Fórum Nacional de Juízes e Juízas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
29/11 a 02/12/2021- Formato Híbrido. Presencial Hotel Blue tree em piauí Digital pelo Hotsite do FONAVID**

CURSOS

-OAB experimental

23/03/2021 a 26/03/2021 (4 aulas) OAB Butantã via Microsoft Teams.

-. Curso ARTE E MITOLOGIA- Mulheres e Tragédias

26/05/2021 a 23/06/2021- (03 aulas) Plataforma ZOOM

-. CONGRESSO SOGESP

19/08/2021 a 10/09/2021 (03 aulas)- Via Microsoft Teams

-. Curso: Sistema Interamericano de Direitos humanos e Gênero- Um olhar para o Poder Judiciário Brasileiro.

10/09/2021 a 27/09/2021- (05 aulas) Via Microsoft Teams

PALESTRAS

- Palestra “Apresentação e consequência da violência doméstica na saúde familiar” - PROJETO DESATANDO NÓS

28/07/2021- Via Microsoft Teams

-. LIVE sobre os 10 anos do julgamento do Caso Alyne pimentel (Defensoria Pública, SOGESP e COMESP

13/08/2021 - Via Microsoft Teams

-. Palestra Projeto DESATANDO NÓS- “ Raça e Gênero no desenvolvimento dos e das adolescentes.

15/09/2021 - Via Microsoft Teams

-. Palestra Projeto DESATANDO NÓS- “Métodos anticoncepcionais: mitos e tabús”

29/09/2021- Via Microsoft Teams

Palestra Projeto DESATANDO NÓS- “Gravidez na adolescência: como lidar?

13/10/2021- Via Microsoft Teams

Palestra Projeto DESATANDO NÓS- “ Gravidez e doenças sexualmente transmissíveis

27/10/2021 - Via Microsoft Teams

Palestra Projeto DESATANDO NÓS- “ Rede de Atendimento e proteção à mulher

10/11/2021- Via Microsoft Teams

Palestra Projeto DESATANDO NÓS- “ Importância do dia da Consciência Negra

24/11/2021- Via Microsoft Teams

SEMINÁRIOS

-Seminário Virtual “8 de março- Dia Internacional da Mulher: A Construção da difícil igualdade”

08/03/2021 -: Via Microsoft Teams

-

CURSOS COM A PARCERIA DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

- Curso “ Café com Direitos”

25/11/2020 a 09/12/2021 (06 aulas) Escola Paulista da Magistratura via Microsoft Teams

- Curso “Formulário de Avaliação de Risco”

16/03/2021 a 06/07/2021 (28 aulas) Escola Paulista da Magistratura via Microsoft Teams

-. Workshop Internacional “Políticas judiciárias em gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres: avanços e desafios”

31/08/2021 a 03/03/2021 (04 aulas) Escola Paulista da Magistratura via Microsoft Teams

-. Curso “Fases da Violência” 3ª Edição

14/09/2021 a 19/10/2021 (05 aulas) Escola Paulista da Magistratura via Microsoft Teams

-. Curso “Mulheres em uma Cidade Sustentável” 2ª Edição

09/11/2021 a 26/11/2021 (06 aulas) Escola Paulista da Magistratura via Microsoft teams

NOTÍCIAS DA COMESP PUBLICADAS NO PORTAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

2021

Projeto Carta de Mulheres divulga balanço

Projetos - 14/02/2021



Equipe especializada auxilia vítimas que pedem ajuda

O projeto Carta de Mulheres, lançado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em abril do ano passado e que tem por objetivo ajudar vítimas de violência doméstica por meio de um canal online, divulgou o balanço dos trabalhos. Ao todo, foram recebidas 1.581 solicitações, sendo a maior parte proveniente da capital paulista (520).

Em vários casos, há mais de um tipo de violência relatada, sendo a psicológica a mais relatada, estando presente em 1.319 casos, seguida da moral, 1.047, física, 785, patrimonial, 389, e sexual, 109.

Entre os agressores, a maior parte é composta por maridos ou companheiros das vítimas (498) e ex-maridos (476). Cerca de sete solicitações foram feitas por homens, cinco por casais homossexuais masculinos e três por casais homossexuais femininos. Entre os outros estados da federação, o Rio de Janeiro enviou ao projeto o maior número de demandas, 89, seguido de Minas Gerais, 62. Quanto às vítimas, 721 relataram serem brancas, seguidas de 501 pardas.

Para a juíza Teresa Cristina Cabral Santana, integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), o projeto tem se mostrado útil e eficaz no enfrentamento da violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher. "O acesso é simples e a análise das situações apresentadas é qualificada e direcionada para o atendimento. Mulheres em situação de violência e pessoas que conhecem mulheres que estão em situação de violência podem obter informações sobre ferramentas para o enfrentamento da violência doméstica. O acesso à informação é imprescindível para que esse enfrentamento seja possível", afirmou.

Projeto Carta de Mulheres - Inspirado na iniciativa homônima *Carta de Mujeres*, da Justiça peruana, o projeto do TJSP oferece orientações às vítimas ou pessoas que desejam ajudá-las. Todas as solicitações são respondidas por uma equipe de profissionais que atua na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp). São informados os locais para atendimento adequado, como delegacias, casas de acolhimento, Defensoria Pública, Ministério Público, além de diversos programas de ajuda de instituições públicas ou organizações não governamentais. Também são esclarecidos os possíveis desdobramentos em casos de denúncia e os tipos de medidas protetivas existentes. O sigilo é garantido e a equipe atende demandas de todo o mundo. O programa se destina exclusivamente a fornecer orientações e não haverá o encaminhamento dos relatos aos demais órgãos ou instituições do sistema de Justiça. [Clique aqui para acessar o formulário e entrar em contato com o projeto.](#)

Levantamento do projeto Carta de Mulheres (7/4/20 a 11/2/21)

Solicitações	
Capital	520
Grande São Paulo, litoral e interior	506
Outros estados	475
Outros países (Argentina, França e Estados Unidos)	4

Tipos de Violência*	
Psicológica	1.319
Moral	1.047
Física	785
Patrimonial	389
Sexual	109

* Em vários casos são relatos mais de um tipo de violência

Relação entre vítima e agressor*	
Marido/Companheiro	498
Ex-marido	476
Ex-namorado	157
Namorado	122
Filho/Filha	70
Pai	56
Irmão/Irmã	53
Vizinho/Vizinha	21
Cunhado/Cunhada	17
Ex-sogro/Ex-sogra	16
Tio	14
Amigo/Amiga	13
Genro/Nora	9
Sobrinho/Sobrinha	7
Ex-namorada	7
Síndico	4
Patrão/Patroa	3
Esposa do ex-marido	2
Namorada	1

* Em alguns casos há mais de um agressor

Cor/Etnia da vítima	
Branca	721
Parda	510
Preta	154
Amarela	22
Indígena	8

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / JT (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

TJSP na Mídia: Imprensa divulga balanço do projeto Carta de Mulheres

Projetos - 15/02/2021



Juíza da Comesp participou das matérias.

O telejornal SP1, da TV Globo, e o portal de notícias G1 veicularam hoje (15) matéria sobre o projeto **Carta de Mulheres**, canal online criado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para orientar vítimas de violência doméstica ou pessoas próximas que queiram ajudá-las. O telejornal destacou que, desde abril, quando o projeto teve início, mais de 1.500

pessoas enviaram relatos ao site. Clique aqui para acessar o formulário e entrar em contato com o projeto. Com números no telão, o apresentador do SP1 Alan Severiano falou um pouco sobre os 10 meses do Carta de Mulheres, informando os tipos mais relatados de violência, os agressores mais frequentes e de onde os questionamentos foram enviados. Ao todo, 520 solicitações foram feitas por pessoas da capital paulista; 506 da Grande São Paulo, litoral e interior; 475 de outros estados; e quatro de outros países. A juíza Teresa Cristina Cabral Santana, integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), contou ao telejornal que as pessoas que procuram os canais recebem informações detalhadas e especificadas a partir de seus relatos. “Munidas desse tipo de informação, as pessoas podem, sim, procurar aquilo que é possível já sabendo quais são os seus direitos e quais são as possibilidades”, disse.

Projeto Carta de Mulheres - Inspirado na iniciativa homônima *Carta de Mujeres*, da Justiça peruana, o projeto do TJSP oferece orientações às vítimas ou pessoas que desejam ajudá-las. Todas as solicitações são respondidas por uma equipe de profissionais que atua na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp). São informados os locais para atendimento adequado, como delegacias, casas de acolhimento, Defensoria Pública, Ministério Público, além de diversos programas de ajuda de instituições públicas ou organizações não governamentais. Também são esclarecidos os possíveis desdobramentos em casos de denúncia e os tipos de medidas protetivas existentes. O sigilo é garantido e a equipe atende demandas de todo o mundo. O

programa se destina exclusivamente a fornecer orientações e não haverá o encaminhamento dos relatos aos demais órgãos ou instituições do sistema de Justiça.

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / LF (arte)
imprensatj@tjsp.jus.br

Em São Paulo, pedidos de medidas protetivas aumentaram em 2020

Decisões - 21/02/2021



Atuação rápida no combate à violência doméstica

Os primeiros meses de pandemia no Brasil foram preocupantes. Ao mesmo tempo em que a violência contra mulheres crescia no País, os pedidos de medidas protetivas de urgência caíam. Preocupado com a subnotificação de

casos, o Tribunal e Justiça de São Paulo lançou diversas ações de estímulo a denúncia, como, por exemplo, o projeto Carta de Mulheres, o vídeo silencioso e a não exigência do boletim de ocorrência para a instauração de processos no âmbito da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Assim, mesmo com queda brusca nos três primeiros meses de pandemia (março, abril e maio), o número de medidas protetivas distribuídas aumentou 1,5% no ano passado quando comparado com o ano anterior – foram 65.742 em 2019 e 66.698 em 2020. Levando-se em conta apenas o último semestre, o aumento foi de 6,7%. As medidas protetivas de urgência, instituídas pela Lei Maria da Penha, funcionam como um apoio inicial em casos urgentes, que não podem esperar a tramitação de um processo. Podem ensejar obrigações ao agressor – como o afastamento do lar e proibição de contato com a ofendida – e assegurar a proteção da mulher, como o direcionamento a uma casa de acolhimento.

Além das medidas protetivas, a celeridade do Judiciário também contribui para o combate à violência contra a mulher. Em Taubaté, por exemplo, dois acusados de ameaçar e descumprir medidas foram julgados em apenas 30 e 40 dias cada um. O juiz João Carlos Germano condenou o primeiro a 5 meses de detenção em regime semiaberto e pagamento de R\$ 2 mil por danos morais à vítima, sua ex-companheira. O segundo, acusado de ameaçar a enteada por estar inconformado com o término do relacionamento com a mãe dela, foi condenado à pena restritiva de direitos consistente na limitação de final de semana. Em ambos os casos o magistrado também determinou medidas protetivas, consistentes em manterem-se distante das vítimas por 300 metros e absterem-se de entrar em contato com as mulheres por qualquer meio que seja, entre outras.

Comunicação Social TJSP – AA (texto) / JT (arte)
imprensatj@tjsp.jus.br

TJSP e parceiros lançam Projeto #Rompa

Campanhas - 08/03/2021



Iniciativa pelo enfrentamento da violência de gênero

O Tribunal de Justiça de São Paulo lançou hoje (8), Dia Internacional de Mulher, o projeto **#Rompa**, que tem a premissa e o objetivo de conscientizar a população para o ciclo da violência doméstica que, muitas vezes, pode levar ao feminicídio. A iniciativa é uma parceria com a Associação Paulista

de Magistrados (Apamagis), conta com a participação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp) e tem o apoio das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM).

Em evento on-line, realizado nesta tarde, foram apresentadas as primeiras ações do projeto **#Rompa**: campanha sobre violência doméstica e feminicídio; hotsite (www.tjsp.jus.br/rompa), com os canais de denúncia e dados estatísticos de medidas protetivas; além de uma cartilha com informações sobre os tipos de violência, como identificá-las e como agir. Outra frente do projeto é a realização da primeira edição do Prêmio #Rompa – TJSP e Apamagis, que busca identificar e dar visibilidade a ações de combate à violência de gênero idealizadas por magistradas e magistrados do Estado de São Paulo, bem como pela sociedade civil. Outras atividades e parcerias do projeto serão divulgadas posteriormente.

Lançamento

O presidente do TJSP, desembargador Geraldo Pinheiro Franco, destacou que, apesar de ainda haver grande margem para avanços e aprimoramentos na área, a mulher, hoje em dia, está mais encorajada a pedir ajuda. “O Poder Judiciário tem sido chamado com mais frequência a intervir e proteger a mulher. De 2018 para 2020, houve um aumento de 73% na concessão de medidas. Isso nos dá o tom da violência de gênero que permeia nossa sociedade, mas também permite vislumbrar que a subnotificação, marca histórica da violência de gênero, vem diminuindo.” Somente no mês de janeiro foram concedidas 5.399 medidas protetivas no Estado de São Paulo.

Ele conclamou magistradas e magistrados, demais instituições e a sociedade civil a se unirem à campanha pelo fim desse mal que atinge o Brasil, 5º país do mundo com maior número de feminicídios, de acordo com a ONU. “Vamos nos unir para que a violência de gênero seja definitivamente extirpada. Só assim seremos mais humanos, independentemente do gênero ao qual pertencamos e das dificuldades pelas quais passemos no decorrer da vida”, afirmou.

Para a coordenadora da Comesp, desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, é preciso estarmos atentos aos sinais do relacionamento abusivo. “Feminicídio é a ponta do problema, que muitas vezes começa com violência psicológica. É um assunto que precisamos ter sensibilidade e temos que nos colocar à disposição da vítima, para escutá-la”, disse. Ela agradeceu aos integrantes da cúpula do TJSP pelo apoio aos projetos da Coordenadoria e finalizou sua participação no evento com uma fala sobre o Dia Internacional da Mulher: “O que nós mulheres queremos é respeito todos os dias. Não precisamos de mais nada, apenas ser respeitadas como seres humanos, que têm opinião própria, que têm vontade própria”.

A presidente da Apamagis, Vanessa Ribeiro Mateus, falou sobre os casos de feminicídio e lembrou da magistrada do Rio de Janeiro, Viviane Vieira do Amaral, assassinada pelo ex-marido na frente das filhas no final do ano passado. “Viviane não foi a única a ser morta na noite de Natal. Mais cinco mulheres foram mortas na mesma circunstância”, relatou. Ela destacou que depois de um ano com tantas campanhas, ampliação de canais de denúncia e do debate com a sociedade sobre a violência de gênero, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Também falou sobre o papel que o Poder Judiciário tem para quebrar o padrão perverso que a sociedade vivencia a décadas. “Hoje é Dia Internacional da Mulher e fico muito feliz que não estejamos reunidos para fazer uma homenagem, mas, sim, para cumprir verdadeiramente o que essa data significa. Para refletir, para agir, para caminhar e para mudar o estado das coisas. É para isso que a data serve. E muito me anima fazer parte desse grupo que está usando essa data justamente para essa reflexão e para a ação.”

Também participaram do evento on-line, transmitido pelo YouTube do TJSP, o diretor da Escola Paulista da Magistratura, desembargador Luís Francisco Aguilar Cortez; o juiz paulista Rodrigo Capez, que atualmente assessora a Presidência do Conselho Nacional de Justiça; as juízas integrantes da Comesp Danielle Galhano Pereira da Silva e Renata Mahalem da Silva Teles; a juíza colaboradora da Comesp Flávia Martins de Carvalho; o juiz assessor da Presidência do TJSP Iberê de Castro Dias e a juíza assessora da Corregedoria Geral da Justiça Flávia Castellar Oliverio.

#Rompa

O projeto é dividido em quatro eixos relativos ao ciclo da violência e um eixo não se dissocia do outro. O primeiro trata divulgação da campanha e da premiação. O segundo pretende reforçar junto aos operadores do sistema de justiça a atuação conjunta, visando combater a subnotificação dos casos. No terceiro eixo, o **#Rompa** dará atenção à divulgação das ações feitas por magistradas e magistrados de todo o Estado. No quarto, visibilidade aos programas existentes e às ações de pacificação como o “Carta de Mulheres”, “Projeto Fênix” e “App Juntas”.

No decorrer de todas essas ações, o que mais o projeto precisa é de apoio e parcerias. Ele já conta com a colaboração das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) e está aberto a novos apoiadores.

No lançamento foram disponibilizados:

- Cartazes e vídeos inclusive nos transportes, por onde circulam milhões de pessoas diariamente;
- Postagens nas redes sociais;
- Hotsite www.tjsp.jus.br/rompa, com informações do projeto;
- Cartilha #Rompa, com orientações sobre os tipos de violência, como identificá-los e como agir;
- Painel da proteção – com o histórico de medidas protetivas concedidas nos últimos dois anos (atualizado mensalmente);

- Prêmio #Rompa – para identificar e dar visibilidade a iniciativas de combate à violência de gênero. São duas categorias: Magistrada/Magistrado e Sociedade Civil.

Comunicação Social TJSP – CA (texto) / PS (fotos)

imprensatj@tjsp.jus.br

Tem início a 17ª edição da campanha “Semana da Justiça pela Paz em Casa”

Campanhas - 08/03/2021



Iniciativa visa combater a violência doméstica.

A 17ª edição da **Semana da Justiça pela Paz em Casa**, iniciativa nacional de conscientização, prevenção e julgamento de casos de violência doméstica, começa hoje (8) e vai até 12 de março. Este ano, a campanha será realizada parcialmente de forma virtual. Como em todas as edições, diversas comarcas e varas especializadas do Tribunal de

Justiça de São Paulo também promoverão palestras, cursos e apresentações, com o apoio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp). Magistradas das regiões de Adamantina, Ribeirão Preto e Tabapuã prepararam uma série de atividades alusivas à campanha.

Na região da Alta Paulista, a juíza da 3ª Vara de Adamantina, Ruth Duarte Menegatti, contou com a colaboração de diversas instituições da rede de enfrentamento à violência doméstica, como Delegacia de Polícia da Mulher, Polícia Militar e OAB local. Por meio de um projeto virtual, será comemorado o Dia Internacional da Mulher e a Semana da Justiça pela Paz em Casa. “Os temas escolhidos guardam relação com os direitos das mulheres no século XXI, trazendo visibilidade ao tema, principalmente no momento atual de isolamento social. São ações interdisciplinares organizadas que trarão visibilidade ao assunto, sensibilizando a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam”, afirmou a magistrada.

Em Catiguá, Novais e Tabapuã, além das iniciativas elencadas abaixo, serão realizadas ações de divulgação do programa “Flor de Lis”, criado pela juíza Patrícia da Conceição Santos, em outubro de 2019, e que combate a violência doméstica, familiar e de gênero. Serão incluídos panfletos sobre o programa nos holerites dos funcionários de usinas, bem como foram desenvolvidos cartazes, banners, faixas, outdoors e adesivos que serão distribuídos em Catiguá, Novais e Tabapuã, além da personalização da cancela da linha do trem em Catiguá com o slogan do “Flor de Lis”.

As próximas edições estão previstas para agosto e novembro deste ano. Confira o calendário de ações desta edição promovidas nas comarcas do Estado de São Paulo:

8 a 12/3 Catiguá e Tabapuã (juíza Patrícia da Conceição Santos)
Carro de som anunciando informações sobre a Semana da Justiça pela Paz em Casa nos municípios de Catiguá e Tabapuã

Catiguá (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Entrega de materiais para produção lúdica com o tema “Cultura de Paz”.
Público: Usuários do projeto “Espaço Amigo”

Festival de fotografia

Cada jovem deverá fotografar qualquer imagem que lhe remeta paz e compartilhar no grupo de WhatsApp do projeto “Integração Jovem”. Serão premiados os três mais votados por comissão específica para este fim.

Público: Projeto “Integração Jovem”

Entrega de lembrancinhas. Serão entregues potinhos com doses diárias de amor – gominhas e amendoins

Público: Usuários do Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), do projeto “Espaço Amigo”, do projeto “Integração Jovem”, do Centro de Convivência do Idoso (CCI) e do grupo “Repensar”.

Elaboração e compartilhamento de vídeos, áudios e imagens sobre temas relacionados à campanha nos grupos do Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), no grupo “Repensar” e nos grupos no Serviço de Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Público: Grupos do Paif, grupos do SCFV e grupo “Repensar”

Entrega e devolutiva de desenhos para colorir com o tema “Cultura de Paz”. Cada desenho terá uma mensagem remetendo à paz.

Público: Idosos do Centro de Convivência do Idoso (CCI) de Catiguá

Palestras à população e entrega de materiais informativos.
Público: População em geral

Onde: E.S.F. Etelvina José da Costa Cachada e Souza e UBS Hélio Reis Ramires

Tabapuã (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Publicações informativas sobre o tema “violência” na página do Facebook do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Tabapuã e vídeo informativo com a equipe postado no grupo de apoio às mulheres no WhatsApp.

Público: População em geral e mulheres atendidas pelo Creas
Onde: Redes sociais do Creas

Entrega de kits com álcool em gel, máscara e cartilha informativa com o tema “O que é paz?”
Público: Beneficiários do Serviço de Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Cras (Centro de Referência de Assistência Social) e Serrinha

8/3 – Segunda-feira

Alta Paulista (juíza Ruth Duarte Menegatti)

10 horas: Solenidade de abertura “Justiça pela Paz em Casa 2021 – Alma Feminina na Pandemia”

Participação: Psicoeducadora Denise Alves Freire

Onde: Canal do YouTube “Universidade da Alma”

11 horas: Roda de conversa – “Alma Feminina Pede Socorro na Pandemia: Uma Visão Clínica”

Participação: Juíza Ruth Duarte Menegatti, psicóloga clínica Gleice Cristina Rojas e psicoeducadora Denise Alves Freire

Onde: Canal do YouTube “Universidade da Alma”

Tabapuã – Catiguá – Novais (juíza Patrícia da Conceição Santos)

13 horas: Vídeo informativo com os prefeitos dos municípios de Catiguá, Novais e Tabapuã, além de funcionários da rede intersetorial dos três municípios.

Onde: redes sociais (Facebook e Instagram) do projeto “Flor de Lis”.

Catiguá (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Produção artística para compartilhamento em vias remotas. Adaptação de conto infantil – “O lúdico como forma de psicoeducar para uma cultura de paz”.

Público: Alunos da rede municipal e estadual, desde a educação infantil até o ensino médio (grupos do WhatsApp), usuários da Assistência Social (grupos do WhatsApp), população em geral (redes sociais)

Onde: Grupos fechados de WhatsApp

Novais (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Carro de som anunciando informações sobre a Semana da Justiça pela Paz em Casa

Público: Programa “Flor de Lis”, grupos do Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e rede intersetorial (mulheres)

Tabapuã (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Capacitação conduzida pela psicóloga Janaina Simão sobre o tema “Fortalecimento das Ações dos Conselhos Tutelares por uma Cultura de Paz”

Público: Conselheiros tutelares dos municípios de Tabapuã, Catiguá e Novais

Onde: Teatro Gigi (Rua Paulo Guzo, nº 1.494 – Centro)

Ribeirão Preto: Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (juíza Carolina Moreira Gama)

Reunião do Grupo Gestor da Justiça Restaurativa

Participação: Coordenadora do Núcleo de Justiça Restaurativa e responsável pelo Anexo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, juíza Carolina Moreira Gama; e integrantes do Grupo Gestor.

9/3 – Terça-feira

Alta Paulista (juíza Ruth Duarte Menegatti)

10 horas: Roda de conversa – “O Atendimento Sem Preconceito”
Participação: Juíza Ruth Duarte Menegatti, frei Mateus Alves, psicoeducadora Denise Alves Freire

convidados

Onde: Canal do YouTube “Universidade da Alma”

Catiguá (juíza Patrícia da Conceição Santos)

10h30: Live sobre o tema “Criando uma Cultura de Paz”

Público: População em geral

Onde: E.E. Antônio Carlos – com transmissão remota pelas redes sociais (Facebook e Instagram) e canal do YouTube do programa “Flor de Lis”

Novais (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Abordagem, orientação nas residências e entrega de material. Carro de som anunciando informações sobre a Semana da Justiça pela Paz em Casa

Público: Idosos do Serviço de Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Novais

Live sobre o tema “Criando uma Cultura de Paz”

Público: População em geral

Onde: E.E. Antônio Carlos com transmissão remota pelas redes sociais

Tabapuã (juíza Patrícia da Conceição Santos)

10h30: Live sobre o tema “Criando uma Cultura de Paz”

Público: População em geral

Onde: E.E. Antônio Carlos – com transmissão remota pelas redes sociais (Facebook e Instagram) e canal do YouTube do programa “Flor de Lis”

13 horas: Vídeo informativo com a psicóloga Joelma Caparroz, mestranda em Psicologia Criminal sobre o tema “Gaslighting”

Público: População em geral

Onde: Redes sociais do programa “Flor de Lis”

10/3 – Quarta-feira

Alta Paulista (juíza Ruth Duarte Menegatti)

10 horas: Live “A Visão da Segurança Pública da Alma Feminina na Pandemia”

Colaboração: Delegacia da Mulher e Polícia Militar

Participação: Juíza Ruth Duarte Menegatti

Onde: Canal do YouTube “Universidade da Alma”

Novais (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Abordagem, orientação, entrega de atividades e entrega de material. Oficina “Independência Financeira”. Carro de som anunciando informações sobre a Semana da Justiça pela Paz em Casa Público: Crianças e adolescentes, público atendido pelo programa “Flor de Lis”

Tabapuã (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Palestras aos pais, confecção de desenhos, frases, redações, gincanas, rodas de leituras e atividades lúdicas em unidades escolares. Essas atividades terão relação com a data “18 de maio – Faça Bonito”

Público: Alunos e pais da Rede Municipal de Ensino

13 horas: Vídeo informativo com os orientadores sociais Kátia Aparecida dos Santos Alves, William Balleroni e Michele Louzada

Público: População em geral

Onde: Redes sociais (Facebook e Instagram) do programa “Flor de Lis” e Cras

Ribeirão Preto: Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (juíza Carolina Moreira Gama)

Diálogos sobre os trâmites processuais e o manejo de demandas relacionadas ao processo das mulheres que participam do projeto “Efêmera”.

Participação: Coordenadora do Núcleo de Justiça Restaurativa e responsável pelo Anexo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, juíza Carolina Moreira Gama; coordenadora do projeto “Efêmera”, Elaine Almeida; Setor Técnico do Anexo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Núcleo de Atendimento Especializado a Mulher (Naem); e psicólogas voluntárias do projeto

11/3 – Quinta-feira

Alta Paulista (juíza Ruth Duarte Menegatti)

10 horas: Live “Alma Feminina Saudável na Pandemia”

Colaboração: Clínica de Psiquiatria de Adamantina

Participação: Juíza Ruth Duarte Menegatti

Onde: Canal do YouTube “Universidade da Alma”

11 horas: Imersão pessoal – “Autossororidade da Alma Feminina”

Participação: Juíza Ruth Duarte Menegatti e convidados

Onde: Canal do YouTube “Universidade da Alma”

Catiguá (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Palestra para os funcionários do supermercado Rede Mais com as equipes do Demads e Centro de referência de Assistência Social (Cras).

Público: Funcionários dos dois supermercados Rede Mais de Catiguá.

Novais (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Reunião com professores para elaboração do planejamento da ação. Também haverá carro de som anunciando informações sobre a Semana da Justiça pela Paz em Casa.
Público: Equipe gestora e professores.

Tabapuã (juíza Patrícia da Conceição Santos)

13 horas: Vídeo informativo com a secretária de Cultura Carla Prado sobre a Semana da Justiça Pela Paz em Casa.

Público: População em geral.

Onde: Redes sociais do programa “Flor de Lis” e Prefeitura de Tabapuã.

Ribeirão Preto: Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (juíza Carolina Moreira Gama)

Roda de conversa “A Violência Doméstica e as Oficinas de Direito Sistêmico no Judiciário”.
Horário: 19 horas.

Participações: Coordenadora do Núcleo de Justiça Restaurativa e responsável pelo Anexo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, juíza Carolina Moreira Gama; o juiz de Mato Grosso Jamilson Haddad Campos; e as advogadas Andrea Cristina Corrado e Janice Grave Pestana Barbosa.

Organização: Comissão de Direito Sistêmico de Ribeirão Preto; Comissão da Mulher Advogada de Ribeirão Preto; e Comissão da Igualdade Racial de Ribeirão Preto.

Público: Advogados e estagiários inscritos na OAB, bacharéis e estudantes de Direito e profissionais graduados em outras áreas.

ESA/OABSP transmitirão ao vivo e gratuitamente em ambiente virtual Google.

12/3 – Sexta-feira

Alta Paulista (juíza Ruth Duarte Menegatti)

10 horas: Roda de conversa – “Análise Multi-interpretativa de ‘Malévola’”.

Participação: Juíza Ruth Duarte Menegatti, pedagoga Denise Conde Godinho F. Rocha e psicoeducadora Denise Alves Freire.

Onde: Canal do YouTube “Universidade da Alma”.

Novais (juíza Patrícia da Conceição Santos)

Equipe de agentes de Saúde realizará entrega de material nas residências no Conjunto Habitacional Orlando Rodrigues e Residencial Sylvio Bulle Arruda. Equipe médica da UBS realizará abordagem durante o atendimento nos consultórios. Elaboração de relatório e vídeo com fotos das ações realizadas. Carro de som anunciando informações sobre a Semana da Justiça pela Paz em Casa.

Público das ações: Pacientes e população em geral.

Onde: Unidade Básica de Saúde – José Flausino Pinto - Manhã/Tarde.

Tabapuã (juíza Patrícia da Conceição Santos)

13 horas: Compartilhamento on-line de vídeo gravado pelo poeta Otávio Seron, escrito especialmente para a campanha.

Público: População em geral.

Onde: Redes sociais (Facebook e Instagram) do programa “Flor de Lis”.

17/03 – 4ª feira

Alta Paulista (juíza Ruth Duarte Menegatti)
10 horas: Tema – “Mulheres do Brasil: Mobi Game para Tod@s”.

Participação: Juíza Ruth Duarte Menegatti.

Onde: Canal do YouTube “Universidade da Alma”.

Ribeirão Preto: Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (juíza Carolina Moreira Gama)

9 horas: Diálogos sobre registros constantes no movimento Judiciário.

Participação: Delegacia da Mulher (DDM) e Núcleo de Atendimento Especializado a Mulher (Naem).

Organização: Setor Técnico da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
Evento Online: Plataforma Microsoft Teams.

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / Divulgação (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

#Rompa: um basta em relacionamentos abusivos

Campanhas - 11/03/2021



TJSP e parceiros lançam projeto contra violência doméstica

O número de medidas protetivas concedidas pela Justiça para vítimas de violência doméstica no Estado de São Paulo cresceu nos últimos anos. De 2018 para 2020, houve aumento de 73% (veja quadro) – um dado triste, que revela o quanto a violência de gênero permeia nossa sociedade. Mas, por

outro lado, há um aspecto positivo – significa que cada vez mais mulheres se encorajam a pedir ajuda e romper o ciclo da violência.

Esse é o foco da nova campanha do Tribunal de Justiça de São Paulo – #Rompa –, lançada no Dia Internacional da Mulher (8/3) para estimular que as vítimas denunciem e procurem apoio para romper relacionamentos abusivos. Afinal, diminuir a subnotificação de casos é fundamental, uma vez que o Brasil é o 5º país no qual mais se mata mulheres no mundo (de acordo com a ONU).

Muitas das vezes, relacionamentos abusivos começam com algumas atitudes encaradas como “excesso de amor”. É preciso atenção porque o controle, o ciúme e os xingamentos podem ser a primeira etapa do chamado ciclo da violência, que é uma alternância – uma fase de paixão, de namoro, seguida de uma agressão; um pedido de perdão, uma reconquista e uma nova violência, inclusive física. Em casos graves, pode-se chegar ao feminicídio.

O projeto

Criado pelo TJSP, em parceria com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), o projeto também conta com o apoio das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) e está aberto a novos apoiadores. Serão diversas ações ao longo do ano e para o lançamento foi criada uma campanha, com cartazes, vídeos e postagens nas redes sociais, inclusive nos transportes, por onde circulam milhões de pessoas diariamente. Os textos do vídeo destacam: “Nos relacionamentos abusivos é só uma questão de tempo para o pior acontecer. Ajude a evitar feminicídios. Rompa o ciclo da violência”.

O hotsite do projeto – www.tjsp.jus.br/rompa tem diversos materiais que podem auxiliar as vítimas ou pessoas que queiram ajudar. A cartilha #Rompa tem orientações sobre os tipos de violência, como identificá-los e como agir. O “Painel da Proteção” mostra o histórico de medidas protetivas concedidas nos últimos dois anos no Estado (atualizado mensalmente). Há, ainda, os contatos dos canais de atendimento e, também, notícias sobre o tema.

Prêmio #Rompa – TJSP/Apamagis

Outra frente do projeto, o Prêmio #Rompa busca identificar e dar visibilidade a iniciativas de combate à violência de gênero. São duas categorias: Magistrada/Magistrado e Sociedade Civil. As inscrições vão até o final de abril. Ao longo do ano as práticas inscritas serão avaliadas pelas comissões julgadoras e divulgados os três finalistas. No último bimestre do ano ocorrerá um evento para o anúncio do vencedor (em data a ser agendada).

Podem ser inscritas práticas já implementadas e com resultados comprovados, que estejam em andamento, direcionadas para o enfrentamento de todo e qualquer tipo de violência contra pessoas do gênero feminino – física; psicológica; sexual; patrimonial/econômica; social –, sejam elas ações de prevenção, de acolhimento, de atendimento a vítimas ou iniciativas para evitar a reincidência de crimes. Na categoria Magistrada/Magistrado, os três primeiros colocados receberão troféus e o TJSP e a Apamagis também empreenderão esforços para que a prática vencedora seja replicada em outras unidades do Judiciário paulista. Já a categoria Sociedade Civil terá também uma premiação em dinheiro, custeado pela Associação. Veja a íntegra do regulamento.

Concessão de medidas protetivas de urgência – Estado de São Paulo

Mês/Ano	2018	2019	2020	2021
Janeiro	2187	3.202	4.615	5.399
Fevereiro	2162	3.109	4.258	5.163
Março	2839	3.229	3.972	
Abril	2560	4.171	4.024	
Maio	2466	4.375	3.390	
Junho	2416	3.416	4.046	
Julho	2349	4.252	4.682	
Agosto	2853	4.079	4.050	
Setembro	2561	4.249	4.792	
Outubro	2921	4.584	4.931	
Novembro	2.713	4.192	4.874	
Dezembro	2.325	4.076	4.976	
Total	30.352	46.934	52.610	10.562

Fonte: SAJ-EST

Magistradas e magistrados,
Tragam os projetos desenvolvidos nas suas comarcas para integrar o **#Rompa**. Vamos fazer do Judiciário paulista uma instituição unida contra a prática do feminicídio. Para mais informações contate a SPPr – Diretoria de Comunicação Social (rompa@tjsp.jus.br).

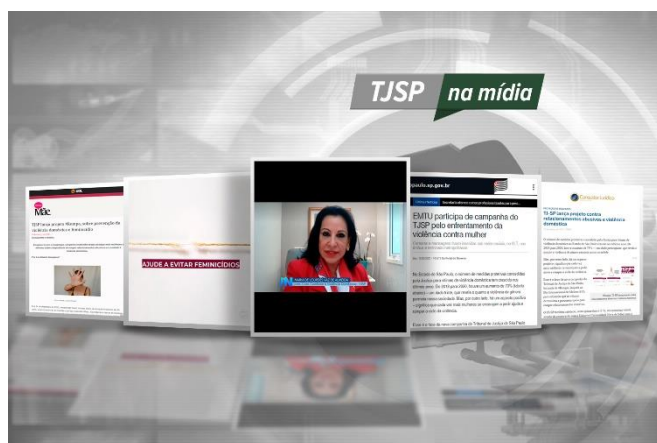
N.R.: texto originalmente publicado no DJE de 10/3/21.

Comunicação Social TJSP - CA (texto) / LF (layout)

imprensatj@tjsp.jus.br

TJSP na Mídia: Jornal Nacional e portais noticiam projeto #Rompa

Campanhas - 15/03/2021



Iniciativa pelo enfrentamento da violência de gênero

Na semana em que o Tribunal de Justiça de São Paulo e parceiros lançaram o projeto #Rompa, cuja premissa e objetivo é conscientizar a população para o ciclo da violência doméstica que, muitas vezes, pode levar ao feminicídio, a

iniciativa ganhou destaque na imprensa brasileira.

No último sábado (13), o Jornal Nacional veiculou matéria em que aborda a campanha, destaca o crescimento de 12% na concessão de medidas protetivas de urgência e mostra situações vividas por duas vítimas de violência doméstica. “Hoje as mulheres sabem que existe punição, que existem providências contra o agressor. A mulher sabe que vai ser ouvida e que serão tomadas medidas, inclusive protetivas, se houver necessidade”, afirmou a desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp).

O #Rompa também ganhou espaço nos portais Papo de Mãe e Consultor Jurídico, além da página de notícias do Governo do Estado de São Paulo. As três matérias trazem a informação de que entre 2018 e 2020 houve um aumento de 73% no número de medidas protetivas concedidas pela Justiça, o que revela o quanto a violência de gênero permeia nossa sociedade.

“Diminuir a subnotificação de casos é fundamental, uma vez que o Brasil é o quinto país no qual mais se mata mulheres no mundo, de acordo com a ONU. Muitas das vezes, relacionamentos abusivos começam com algumas atitudes encaradas como ‘excesso de amor’”, escreveu o Conjur.

O Diário da Região, veículo de São José do Rio Preto, também citou, no sábado (13), a campanha do TJSP como ação encorajadora voltada a mulheres. Entrevistada na matéria, a juíza Teresa Cristina Cabral Santana, integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), falou sobre uma das formas de atuação do PJ nesse contexto. “A medida protetiva tem uma previsão, a mais comum é afastamento do lar, do contato direto, ou por mensagem e ligação telefônica”, disse. Sobre o projeto, a magistrada explicou que o intuito é do aplicar aquilo já previsto na Lei Maria da Penha.

#Rompa

Lançado no Dia Internacional da Mulher (8/3), o projeto é uma parceria com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e conta com o apoio das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM). Ele é dividido em quatro eixos relativos ao ciclo da violência. O primeiro trata da divulgação da campanha e da premiação. O segundo pretende reforçar junto aos operadores do sistema de justiça a atuação conjunta, visando combater a subnotificação dos casos. No terceiro eixo, o #Rompa dará atenção à divulgação das ações feitas por magistradas e magistrados de todo o Estado. No quarto, visibilidade aos programas existentes e às ações de pacificação como o “Carta de Mulheres”, “Projeto Fênix” e “App Juntas”.

Pelo hotsite www.tjsp.jus.br/rompa, é possível encontrar informações sobre o projeto; material de divulgação; cartilha #Rompa, com informações sobre os tipos de violência, como identificá-los, como agir e os canais de atendimento disponíveis; Painel da Proteção, com o histórico de medidas protetivas concedidas nos últimos dois anos (atualizado mensalmente); e o Prêmio #Rompa, para identificar e dar visibilidade a iniciativas de combate à violência de gênero.

Comunicação Social TJSP – AA (texto) / LF (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

EPM promove curso sobre enfrentamento da violência doméstica e avaliação de risco

Cursos - 19/03/2021



Heloísa Buarque de Almeida foi a expositora.

Teve início na terça-feira (16) o curso **Enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher – avaliação de risco – ferramenta necessária** da Escola Paulista da Magistratura (EPM). A aula foi ministrada pela

professora Heloísa Buarque de Almeida e teve a participação da coordenadora do curso, desembargadora Angélica de Maria Mello Almeida, do conselheiro da Escola desembargador Dácio Tadeu Viviani Nicolau, e das juízas integrantes da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) Teresa Cristina Cabral Santana (vice-coordenadora), Rafaela Caldeira Gonçalves e Danielle Galhano Pereira da Silva, também coordenadoras do curso, e Renata Mahalem da Silva Teles. A gravação pode ser acessada no canal da EPM no YouTube.

Angélica de Almeida agradeceu a parceria da EPM e a participação de todos, em especial da palestrante. Ela esclareceu que o curso visa examinar a questão da violência de gênero sob o prisma dos riscos à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial e de morte da mulher, no âmbito doméstico e familiar. "Na sociedade brasileira ainda temos isso introjetado e arraigado em nós, ainda somos muito complacentes com a violência contra a mulher no espaço doméstico e familiar. O número de feminicídios desafia e exige a atuação de cada um de nós no seu campo de trabalho e estarmos atentos aos sinais visíveis e invisíveis da violência", ressaltou.

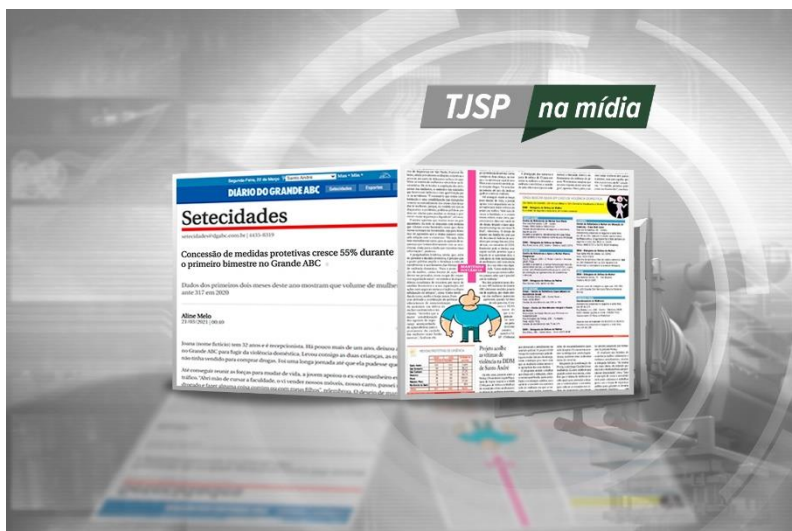
Heloísa Buarque abordou o tema "Gênero – conceito e histórico – desigualdades sociais em virtude do gênero". Ela iniciou a exposição explanando sobre o conceito de gênero e apresentou um panorama das concepções socialmente construídas ao longo da história. Também explicou a relação de gênero com outros marcadores sociais como raça, classe, sexualidade, geração. Ela enfatizou que a diversidade humana é grande e muito influenciada pelo contexto social, que é aprendido e não determinado pela genética ou pela biologia. "O nosso corpo, em si, determina muito pouco do que é a nossa vida", frisou. A professora explicou que gênero se refere a diversas esferas: aos símbolos culturalmente disponíveis, sejam religiosos, midiáticos ou tradições; aos conceitos normativos que evidenciam interpretações desses símbolos, definindo socialmente masculinidades e feminilidades, entre outros. Ela destacou também a importância de se estudar a questão de gênero nos ambientes acadêmicos e não apenas nas ciências sociais.

Dácio Tadeu Viviani Nicolau parabenizou a palestrante e as coordenadoras. "A professora Heloísa transmitiu com muita clareza conceitos difíceis e que certamente levaram décadas para serem aprendidos e trabalhados. Agradeço a todos que nos assistiram e desejo que reservem algum tempo para refletirem a respeito do que foi dito. A professora disse tudo ao falar sobre a importância da educação", ponderou.

RF (texto) / Reprodução (imagens)

imprensatj@tjsp.jus.br

JSP na Mídia: Diário do Grande ABC noticia o projeto #Rompa



Projetos - 22/03/2021

Vice-coordenadora da Comesp concedeu entrevista.

O portal Diário do Grande ABC veiculou, ontem (21), matéria sobre o aumento de medidas protetivas na região. De acordo com o texto, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no primeiro bimestre deste ano, registrou alta de 55,5% em comparação ao mesmo período do ano passado. A reportagem cita que a divulgação dos

números é parte da campanha **#Rompa**, que visa estimular mulheres a denunciarem e sensibilizar a sociedade sobre diferentes tipos de violência.

A vice-coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), juíza Teresa Cristina Cabral Santana, disse que é necessário falar sobre o enfrentamento da violência de gênero. Segundo a magistrada, o aumento no número das medidas protetivas reflete o avanço da gravidade das violências, mas também mostra que mais mulheres estão tendo acesso à rede de proteção.

Outro fator apontado pela juíza para esse aumento foi a possibilidade de a vítima fazer pela internet tanto o boletim de ocorrência como a solicitação da medida protetiva. Se os dados forem informados corretamente, o pedido já é encaminhado ao Judiciário. “Sabemos que nem todas mulheres têm acesso à internet, mas para aquelas que têm, isso já é uma ajuda”, afirmou. “A medida protetiva pode evitar um feminicídio”, concluiu.

A matéria também destacou que há subnotificação de feminicídios no Estado e na região, falou de um projeto que acolhe vítimas em Santo André e deu informações sobre locais no Grande ABC que podem ser procurados por vítimas de violência, inclusive durante a pandemia.

#Rompa

O Tribunal de Justiça de São Paulo lançou no dia 8 o projeto #Rompa, que conta com parceria da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e apoio das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) e do Instituto Paulista de Magistrados (Ipam). É dividido em quatro eixos relativos ao ciclo da violência. O primeiro trata da divulgação da campanha e da premiação. O segundo pretende reforçar junto aos operadores do sistema de justiça a atuação conjunta, visando combater a subnotificação dos casos. No terceiro eixo, o #Rompa dará atenção à divulgação das ações feitas por magistradas e magistrados de todo o Estado. No quarto, visibilidade aos programas existentes e às ações de pacificação como o “Carta de Mulheres”, “Projeto Fênix” e “App Juntas”. Pelo hotsite www.tjsp.jus.br/rompa, é possível encontrar informações sobre o projeto; material de divulgação; cartilha #Rompa, com informações sobre os tipos de violência, como identificá-los, como agir e os canais de atendimento disponíveis; Painel da Proteção, com o histórico de medidas protetivas

concedidas nos últimos dois anos (atualizado mensalmente); e o Prêmio #Rompa, para identificar e dar visibilidade a iniciativas de combate à violência de gênero.

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / MK (arte)
imprensati@tjsp.jus.br

Comesp divulga balanço da 17ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa



Ações foram realizadas por todo estado

A 17ª Semana da Justiça pela Paz em Casa – iniciativa nacional de conscientização, prevenção e julgamento de casos de violência doméstica –, realizada entre os dias 8 e 12 deste mês, contou com palestras, cursos, apresentações e um esforço conjunto para realização de audiências voltadas ao tema. Com o apoio da

Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), registrou-se uma média diária de 340 magistrados e 992 servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo atuando em ações ligadas à campanha.

Durante a semana foram concedidas 883 medidas protetivas, número maior do que o contabilizado na 16ª edição e que segue a tendência de aumento verificada em todo o Estado de São Paulo – nos últimos dois anos o crescimento foi de 73%, passando de 30.352 em 2018 para 52.610 em 2020.

Também foram contabilizados 3.996 processos com sentença ou decisão. Em relação a sentenças de conhecimento com resolução de mérito em violência contra a mulher, o número chegou a 518, enquanto sem resolução, 243.

Nesta edição, nos formatos híbrido e virtual, foram realizadas 807 audiências de instrução (sessão pública que conta com a presença das partes, seus advogados e testemunhas, que produzirão os elementos probatórios de convencimento do magistrado). Ao todo, aconteceram ao longo da semana, 37 audiências preliminares (oportunidade em que as partes têm para chegar a um acordo), de acolhimento (permite a verificação, pelo julgador, do cumprimento das medidas protetivas concedidas) e justificação (possibilita ao juiz verificar os requisitos autorizadores das medidas protetivas postuladas), todas virtuais.

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / MC (arte)
imprensati@tjsp.jus.br

Corte paulista promove live sobre violência doméstica psicológica



Maria de Fátima Duarte
Palestrante: Médica especialista em Ginecologia



Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida
Artrite: Desembargadora coordenadora da Comesp

8/4 às 19h
YOUTUBE/TJSPOFICIAL

#ROMPA



Magistrada e médica conversarão sobre invisibilidade e danos

O Tribunal de Justiça de São Paulo realizará, no próximo dia 8 (quinta-feira), às 19 horas, *live* sobre o tema **Violência Doméstica psicológica – invisibilidade e danos**, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do TJSP no Youtube. O evento terá a participação da coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp), desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, e da palestrante convidada, Maria de Fátima Duarte, que é médica especialista em Ginecologia e Obstetrícia.

Trata-se de mais uma ação no âmbito do projeto **#Rompa**, que tem o objetivo de conscientizar a população sobre as diversas formas de violência doméstica que, muitas vezes, pode levar ao feminicídio. O projeto é uma iniciativa da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), com a participação da Comesp e tem o apoio das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM).

O hotsite do projeto – www.tjsp.jus.br/rompa - tem diversos materiais que podem auxiliar as vítimas ou pessoas que queiram ajudar. A cartilha #Rompa tem orientações sobre os tipos de violência, como identificá-los e como agir. O “Painel da Proteção” mostra o histórico de medidas protetivas concedidas nos últimos dois anos no Estado (atualizado mensalmente). Há, ainda, os contatos dos canais de atendimento e, também, notícias sobre o tema.

Comunicação Social TJSP – TM (texto) / MK (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

Live sobre violência doméstica psicológica acontece nesta quinta-feira (8)



Campanhas - 07/04/2021

Magistrada e médica conversarão

sobre invisibilidade e danos

O Tribunal de Justiça de São Paulo realizará, nesta quinta-feira (8), às 19 horas, live sobre o tema **Violência Doméstica psicológica – invisibilidade e danos**, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do TJSP no Youtube. O evento terá a participação da coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp), desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, e da palestrante convidada, Maria de Fátima Duarte, que é médica especialista em Ginecologia e Obstetrícia.

Trata-se de mais uma ação no âmbito do projeto **#Rompa**, que tem o objetivo de conscientizar a população sobre as diversas formas de violência doméstica que, muitas vezes, pode levar ao feminicídio. O projeto é uma iniciativa da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), com a participação da Comesp e tem o apoio das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM).

O hotsite do projeto – www.tjsp.jus.br/rompa - tem diversos materiais que podem auxiliar as vítimas ou pessoas que queiram ajudar. A cartilha **#Rompa** tem orientações sobre os tipos de violência, como identificá-los e como agir. O “Painel da Proteção” mostra o histórico de medidas protetivas concedidas nos últimos dois anos no Estado (atualizado mensalmente). Há, ainda, os contatos dos canais de atendimento e, também, notícias sobre o tema.

Comunicação Social TJSP – TM (texto) / MK (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

Cartas de Mulheres

Administração - 08/04/2021



Projeto completa um ano

Em 7 de abril de 2020, logo no início da pandemia da Covid-19, o Tribunal de Justiça de São Paulo, preocupado com o agravamento da situação de mulheres vítimas de violência doméstica, lançava o projeto Carta de Mulheres. A subnotificação de casos foi constatada nas unidades policiais e judiciárias, pois o

confinamento, difícil para todos, é grave para as mulheres que vivem relações violentas, porque o domicílio comum é local onde ocorrem as agressões.

O projeto auxilia vítimas com informações e orientações sobre como agir, os locais de atendimento, os tipos de medidas protetivas e os desdobramentos de uma denúncia. Desde seu lançamento foram recebidas 1.679 mensagens. "O Carta de Mulheres foi inspirado em um projeto do Peru. Originalmente, as pessoas enviavam cartas pelo correio para as instituições, que, por sua vez, encaminhavam a demanda ao órgão responsável", explica a Vice-coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), juíza Teresa Cristina Cabral Santana. A magistrada conta que a intenção foi seguir o modelo peruano, mas com as adaptações necessárias para o formato eletrônico, mais moderno e célere.

A existência de outros canais de denúncia, como o 180, também contribuiu para a mudança de foco da iniciativa, que deixou de ser um disque-denúncia, como no Peru, para se tornar uma fonte de informação. No início de 2020, com a urgência pandêmica e sanitária trazendo inúmeros desafios e transformações, acelerou-se o processo de implementação do Carta de Mulheres no Judiciário paulista. O isolamento físico não deveria implicar um isolamento social, sendo necessário aproximar os serviços e a rede de apoio daquelas que sofrem violência.

"Atuar no projeto tem sido enriquecedor, muito embora sofrido – há relatos de situações extremamente graves e aflitivas. O contato com as mensagens neste primeiro ano, além de significar uma atuação voltada ao enfrentamento da violência de gênero, nos tem permitido avaliar a efetividade das ferramentas de acesso à Justiça e direcionar a nossa atuação como Coordenadoria na formulação e implementação de políticas públicas. A escuta cautelosa e qualificada é necessária para criarmos ações que possam efetiva e concretamente proporcionar o enfrentamento à violência", destaca Teresa.

No Carta de Mulheres o sigilo é garantido e a iniciativa, que nasceu para atender as demandas do Estado de São Paulo, hoje orienta pessoas de todo o País. Neste primeiro ano, foram 491 cartas vindas de outros estados – a maioria delas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. A ideia é proporcionar à mulher que sofre violência e às pessoas que conhecem mulheres em situação de violência, respeitada a autonomia, o

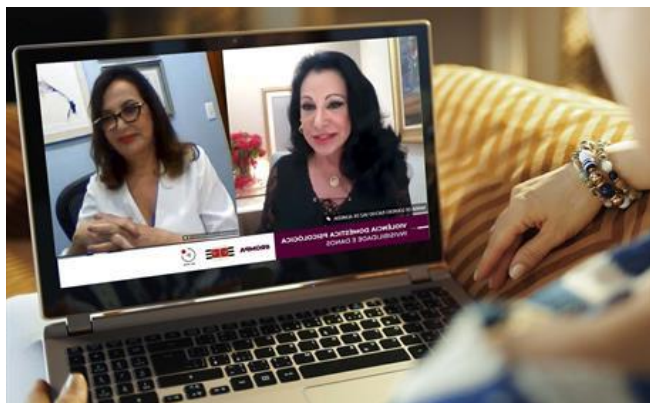
conhecimento de direitos, instrumentos, serviços e caminhos que podem ser seguidos, de forma a tornar possível o rompimento do ciclo da violência, a prevenção e o acesso à Justiça de forma igualitária, transversal e sempre atenta às vulnerabilidades e interseccionalidades.

Nas respostas às cartas são informados os locais para atendimento adequado em todo o Brasil, como delegacias, casas de acolhimento, Defensoria Pública, Ministério Público, além de programas de ajuda de instituições públicas ou organizações não governamentais. As respostas levam em consideração a situação de cada mulher e o tipo de violência. Também são esclarecidos os possíveis desdobramentos em casos de denúncia e os tipos de medidas protetivas existentes – o programa se destina exclusivamente a fornecer orientações e não há encaminhamento dos relatos aos demais órgãos ou instituições do sistema de Justiça. Para que ocorra a notificação é necessário que a pessoa procure os locais indicados pela Comesp.

Comunicação Social TJSP - AA (texto) / LF (layout)

imprensatj@tjsp.jus.br

Violência Doméstica Psicológica é abordada em live do projeto #Rompa



Em nova ação do projeto **#Rompa**, o Tribunal de Justiça de São Paulo realizou, ontem (8), a live **Violência Doméstica psicológica – invisibilidade e danos**, transmitida pelo canal oficial do TJSP no Youtube. O bate-papo foi encabeçado pela coordenadora

da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp), desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, e pela médica especialista em ginecologia e obstetrícia Maria de Fátima Duarte. Iniciativa da Comesp e da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), o #Rompa tem o objetivo de conscientizar a população sobre as diversas formas de violência doméstica.

Desembargadores destacaram a importância do tema. "Os danos psicológicos da violência doméstica são os que causam maior prejuízo", afirmou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Mair Anafe. Por sua vez, o vice-presidente da Corte paulista, desembargador Luis Soares de Mello, elogiou o trabalho da desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida. "Ela procura trazer para a instituição todas as formas de proteção às mulheres. É uma honra estar presente nesse evento", afirmou. O desembargador Guilherme Gonçalves Strenger, presidente da Seção de Direito Criminal, onde tramitam os processos referentes aos crimes de violência doméstica, ressaltou a dificuldade na identificação da violência psicológica, pois tem caráter subjetivo. Ele lembrou que, na maioria dos casos, a violência se inicia na forma psicológica, o que demonstra a importância da discussão. O diretor da Escola Paulista da Magistratura, desembargador Luís Francisco Aguilar Cortez, e diversos magistrados também participaram do evento.

Durante o debate, que envolveu aspectos desse tipo de violência, prevista na Lei Maria da Penha, a desembargadora Rachid Vaz de Almeida classificou a violência doméstica como muito delicada, uma vez que é a porta de entrada para crimes mais graves "que, infelizmente, podem acabar em feminicídio". A magistrada também destacou que existe uma tendência de que crianças que presenciaram violências dentro de casa repitam as ações dos pais.

Convidada da live, Maria de Fátima Duarte vê a violência doméstica presente em todas as classes sociais e religiões. Daí a importância da conscientização. "Quando as mulheres estão dentro de um relacionamento abusivo, como ele começa? Com encantamento. Ninguém vai se apaixonar pelo sapo. Existe a fase do encantamento, a pessoa envolve, seduz. Depois vem isolamento, em que o abusador quer a vítima só para ele. Esse isolamento vai deixando a pessoa mais enfraquecida. Essas situações acabam migrando para a violência psicológica, com ameaças, constrangimentos, xingamentos. Em seguida vem a violência física, acontece uma ruptura, os parceiros se afastam, mas daí se reconciliam. É muito difícil a mulher conseguir romper com isso nas primeiras vezes", explicou.

Como médica, Maria de Fátima observou que as mulheres em situação de violência adoecem mais e têm mais dificuldades de manter o emprego. Ou seja, o impacto de uma violência vai além das marcas físicas e psicológicas. Além disso, muitas vezes elas são desencorajadas a denunciar, pois o abusador não se mostra agressivo socialmente. "Quando nós rompemos o ciclo, ajudamos gerações, pois esse homem que bate aprendeu com o pai que batia, com o avô que batia. Não podemos continuar aceitando com naturalidade ser um dos países que mais mata mulheres e delegar apenas a elas ensinar os homens", enfatizou ao final da live.

Comunicação Social TJSP – AA (texto) / Reprodução (fotos)

imprensatj@tjsp.jus.br

TJSP na Mídia: Imprensa divulga ações do Tribunal contra violência doméstica

Institucional - 12/04/2021



Projeto Carta de Mulheres foi um dos temas noticiados

Ações do Tribunal de Justiça de São Paulo voltadas para o combate à violência doméstica foram assunto de matérias jornalísticas em diversos veículos de imprensa nos últimos dias. Saiba mais:

O telejornal SP 1ª edição, da Rede Globo, no último sábado (10) abordou o projeto Carta de Mulheres, que registrou 1.682 pedidos

de orientação por vítimas de violência doméstica dentro e fora do Brasil. A iniciativa do TJSP completou um ano na última quarta-feira (7). A vice-coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) do TJSP, juíza Teresa Cristina Cabral Santana, afirmou ao SPTV 1 que a equipe responsável por receber as solicitações informa não somente sobre a legislação pertinente ao caso, “mas também os caminhos que podem ser seguidos a partir daquele relato de violência”.

O portal G1 também abordou o projeto. “A gente precisa romper o ciclo da violência, olhar para a situação e compreender que há saída, mas que passos são necessários para que isso aconteça”, disse Teresa Cristina Cabral Santana. A reportagem divulgou serviços oferecidos na Casa da Mulher Brasileira, espaço inaugurado em 2019 e que conta com um Anexo Judiciário vinculado à Vara Central da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital.

O Conjur detalhou o funcionamento do Carta de Mulheres. A vice-coordenadora da Comesp ressaltou que o contato com as mensagens tem permitido uma avaliação da efetividade das ferramentas de acesso à Justiça e direcionado a atuação da Coordenadoria na formulação e implementação de políticas públicas. “A escuta cautelosa e qualificada é necessária para criarmos ações que possam efetiva e concretamente proporcionar o enfrentamento à violência”, destacou Teresa.

Já o Bom Dia Cidade, da Rede Globo, abordou o aumento do número de medidas protetivas em Sorocaba durante a pandemia. O juiz Hugo Leandro Maranzano, responsável pela Vara do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sorocaba, falou sobre a possibilidade de se fazer um boletim de ocorrência de forma virtual e, ao mesmo tempo, solicitar medida protetiva. “O fato de a Polícia Civil ter disponibilizado essa ferramenta de denúncia via internet foi de extrema importância, porque, diante da pandemia, as pessoas têm receio de ir à Delegacia”, explicou. Após os procedimentos na polícia, o caso é encaminhado ao Judiciário, que avaliará o pedido da medida.

O projeto “Pérola – Vidas São Preciosas”, que inicialmente abrange os municípios de Santa Ernestina, Fernando Prestes, Cândido Rodrigues e Taquaritinga, foi assunto da Rádio CBN – Ribeirão Preto, na manhã desta segunda-feira (12). De iniciativa do Poder Judiciário, Ministério Público e OAB, o objetivo da ação é proteger mulheres vítimas de violência e diminuir o número crescente de agressões. “Em todo o país, os

poderes públicos têm se movimentado para melhorar esses quadros e garantir não só a vida, mas a vida com dignidade dessas mulheres, que muitas vezes não recorrem por medo”, diz a matéria, indicando que o próximo passo do projeto será a capacitação dos agentes e funcionários da rede de atendimento.

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / LF (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

TJSP convida magistradas e magistrados para representarem o Projeto #Rompa

Iniciativas e Ações Sociais - 14/04/2021

EMBAIXADOR (A) #ROMPA



Saiba como apoiar a iniciativa

O Tribunal de Justiça de São Paulo lançou, em 8 de março, o Projeto **#Rompa** e, desde então, procura parceiros para que a representatividade dessa ação atinja todo o Estado. O **#Rompa** já atraiu a atenção da imprensa e despertou o interesse em

universidades para a realização de termos de cooperação técnica (*ver links no fim do texto*). Também algumas comarcas têm trabalhado em parceria com o novo projeto.

A novidade de hoje (14) é o convite feito pelo TJSP a magistradas e magistrados de todas as regiões do Estado para se tornarem **embaixadoras ou embaixadores do #Rompa**. Como primeiro passo, eles têm uma importante função: representar e divulgar o projeto em suas regiões, com ênfase ao incentivo às inscrições para o Prêmio #Rompa. O convite enviado por e-mail foi acompanhado do link do projeto para que todos possam entrar em ação. A coordenação do #Rompa – integrada pela desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e pelo juiz assessor da Presidência Iberê de Castro Dias – está à disposição de magistradas e magistrados que queiram integrar essa equipe pelo enfrentamento da violência de gênero.

Quem são? – Desembargadoras Maria Cristina Zucchi, Ligia Cristina de Araújo Bisogni, Maria Olívia Pinto Esteves Alves, Luciana Almeida Prado Bresciani, Flora Maria Nesi Tossi Silva, Marcia Regina Dalla Déa Barone e Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti; da 1ª Região Administrativa Judiciária – São Paulo e Grande São Paulo Tatiane Moreira Lima (Vara da Região Leste 2 de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher), Camila de Jesus Mello Gonçalves (Vara da Região Norte de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), Flavia Martins de Carvalho (Guarulhos), Maria Domitila Prado Manssur (16ª Vara Criminal – Central) e Ana Rita de Figueiredo Nery (1ª Vara de Itapeverica da Serra); da 2ª RAJ – Araçatuba Emerson Sumariva Junior (3ª Criminal de Araçatuba), Thais da Silva Porto (1ª Vara de Mirandópolis), Jane Carrasco

Alves Floriano (1ª Criminal de Lins) e Marcela Correa Dias de Souza (Urânia); da 3ª RAJ – Bauru Daniele Mendes de Melo (2ª Criminal de Bauru), Alessandra Mendes Spalding (2ª Cível de Ourinhos), Joanna Terra Sampaio dos Santos (Avaré) e Cristina Escher (2ª Criminal de Botucatu); da 4ª RAJ – Campinas Juliana Maria Finati (1ª Vara de Serra Negra), Melissa Bethel Molina (2ª Cível de Leme), Wendell Lopes Barbosa de Souza (Vara do Júri e Execuções Criminais e da Infância e da Juventude de Americana) e Gabriela da Conceição Rodrigues (Jundiaí); da 5ª RAJ – Presidente Prudente Ruth Duarte Menegatti (3ª Vara de Adamantina), Marcela Papa Paes (1ª Cível de Assis), Mônica Tucunduva Spera Manfio (Vara da Família e das Sucessões de Assis), Aline Tabuchi da Silva (1ª Vara de Dracena) e Alexandro Conceição dos Santos (2ª Criminal e do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Assis); da 6ª RAJ – Ribeirão Preto Carolina Moreira Gama (Ribeirão Preto), Daniela Dias Graciotto Martins (2ª Vara de Guariba), Sylvio Ribeiro de Souza Neto (2ª Criminal de Ribeirão Preto), Adriana Del Compari Maia da Cunha (3ª Vara de Taquaritinga) e Lívia Antunes Caetano (Araraquara); da 7ª RAJ – Santos Vanessa Aufiero da Rocha (2ª Vara da Família e das Sucessões de São Vicente), Danielle Camara Takahashi Cosentino Grandinetti (2ª Vara de Peruíbe), Renata Sanchez Guidugli Gusmão (Juizado Especial Criminal de Santos) e Mariella Amorim Nunes Rivau Alvarez (3ª Vara da Família e das Sucessões de Santos); da 8ª RAJ – São José do Rio Preto Gislaine de Brito Faleiros Vendramini (São José do Rio Preto), Patrícia da Conceição Santos (Tabapuã), Natália Berti (2ª Vara de Novo Horizonte) e Maria Heloisa Nogueira Ribeiro Machado Soares (3ª Cível de Olímpia); da 9ª RAJ – São José dos Campos Juliana Guimarães Ornellas (2ª Vara de Cachoeira Paulista), Marcia Faria Mathey Loureiro (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São José dos Campos), Ana Paula Theodosio de Carvalho (5ª Cível de São José dos Campos), Rafaela D'Assumpção Cardoso Glioche (Piquete) e Gustavo de Campos Machado (Vara Criminal de Caçapava); da 10ª RAJ – Sorocaba Francisca Cristina Müller de Abreu Dall'Aglio (Itaberá), Caroline Costa de Camargo (2ª Vara de Piedade), Hugo Leandro Maranzano (Vara do Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sorocaba) e Andrea Ribeiro Borges (1ª Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Itu).

Vale destacar – O **#Rompa** conta com a participação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp). Tem a premissa e o objetivo de conscientizar a população para o ciclo da violência doméstica que, muitas vezes, pode levar ao feminicídio. Já conta com a parceria da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e o apoio das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) e da Uninove.

Entre as primeiras ações do projeto estão a campanha sobre violência doméstica e feminicídio; o hotsite (www.tjsp.jus.br/rompa), com os canais de denúncia e dados estatísticos de medidas protetivas; e a realização da primeira edição do **Prêmio #Rompa – TJSP e Apamagis**, para identificar e dar visibilidade a ações de combate à violência de gênero idealizadas por magistradas e magistrados do Estado de São Paulo, bem como pela sociedade civil.

Fique atento – As inscrições para o **Prêmio #Rompa – TJSP e Apamagis** estão abertas até o final deste mês.

Algumas das notícias publicadas: [TJSP e parceiros lançam Projeto #Rompa](#) / #Rompa: um basta em relacionamentos abusivos / TJSP na Mídia: Jornal Nacional e portais noticiam projeto #Rompa / TJSP na Mídia: Diário do Grande ABC noticia o projeto #Rompa / Inscrições para a 1ª edição do Prêmio #Rompa estão abertas / Live sobre violência doméstica psicológica acontece nesta quinta-feira (8) / Violência Doméstica Psicológica é abordada em live do projeto #Rompa

#Rompa – O projeto é dividido em quatro eixos relativos ao ciclo da violência e um eixo não se dissocia do outro. O primeiro trata da divulgação da campanha e da premiação. O segundo pretende reforçar junto

aos operadores do sistema de Justiça a atuação conjunta, visando combater a subnotificação dos casos. No terceiro eixo, o #Rompa dará atenção à divulgação das ações feitas por magistradas e magistrados de todo o Estado. No quarto, visibilidade aos programas existentes e às ações de pacificação como o “Carta de Mulheres”, “Projeto Fênix” e “App Juntas”.

No decorrer de todas essas ações, o que mais o projeto precisa é de apoio e parcerias e está aberto a novos apoiadores.

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / LF (arte)
imprensatj@tjsp.jus.br

Executivo e Judiciário firmam parceria para que agressores usem tornozeleiras

Corregedoria - 22/04/2021



Iniciativa partiu da Corregedoria Geral da Justiça

O Termo de Cooperação Técnica celebrado, hoje (22), no Palácio dos Bandeirantes, pelos Poderes Executivo e Judiciário traz grandes avanços na prevenção, combate e punição da violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos das Leis 12.258/10, 21.403/11 e 11.340/06, com ações suscitadas pelo Tribunal de Justiça, por intermédio da Corregedoria Geral da Justiça.

Em cerimônia híbrida – presencial e videoconferência – João Doria (governador de São Paulo) e os desembargadores Geraldo Francisco Pinheiro Franco (presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo) e Ricardo Mair Anafe (corregedor-geral da Justiça) assinaram o documento que institui um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Estado e do TJSP, para viabilizar a monitoração eletrônica e a utilização da unidade portátil de rastreamento, no âmbito da Justiça Criminal, nos casos de violência contra a mulher. Representando as mulheres, assinaram o TCT a desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz

de Almeida, coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp) e Lia Porto Corona, procuradora-geral do Estado.

O grupo – integrado por representantes do Estado (Secretaria de Governo; Secretaria da Administração Penitenciária; Secretaria da Segurança Pública; Secretaria de Justiça e Cidadania e Procuradoria Geral do Estado) e do Tribunal de Justiça (Corregedoria Geral da Justiça) – será coordenado pela Secretaria da Justiça e Cidadania, no ato representada pelo secretário Fernando José da Costa. O grupo pode solicitar, aos órgãos e entidades da administração pública do Estado e do TJSP, informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, observadas as normas legais aplicáveis, além de, entre suas funções, determinar formas, etapas e estratégias de implantação da monitoração eletrônica no Estado de São Paulo. Sua maior meta, e desafio, será identificar as providências necessárias para que a monitoração eletrônica e a unidade portátil de rastreamento (medidas até então aplicadas em detentos dos regimes aberto e semiaberto) sejam empregadas em agressores de mulheres, permitindo maior eficácia e efetividade das medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, instituídas pela Lei nº 11.340/16.

Também participaram da cerimônia os desembargadores Luis Soares de Mello (vice-presidente), Luiz Antonio Cardoso (coordenador da Coordenadoria Criminal de Execuções Criminais), Flora Maria Nesi Tossi Silva e Marcia Regina Dalla Déa Barone (embaixadoras do Projeto #Rompa); os secretários de Estado general João Camilo Pires de Campos (Segurança Pública), coronel Nivaldo Cesar Restivo (Administração Penitenciária) e Nelson Luiz Baeta Neves Filho (secretário-executivo de Governo).

Pronunciamentos – O ato que marcou a assinatura do TCT, realizado em formato informal, permitiu que alguns dos participantes expusessem suas expectativas. João Doria disse que “o nosso Governo respeita as mulheres e compreende a importância das medidas protetivas”. Ele falou sobre as delegacias especializadas, o aplicativo “SOS Mulher”, considerado em premiação internacional o mais eficiente sistema digital, entre outras ações voltadas exclusivamente às mulheres e citou a satisfação de ter um grande número de mulheres no Governo. O secretário da Justiça e Cidadania, Fernando José da Costa, ao falar da quantidade de agressões sofridas pelas mulheres, destacou a “necessidade de se implantar, o mais rápido possível, mais esse instrumento eficaz de combate à violência doméstica”.

Representando as mulheres, a desembargadora Maria de Lourdes Rachid e a procuradora-geral do Estado, Lia Porto também fizeram uso da palavra. Para a primeira, “o momento era de gratidão ao Governo e ao Tribunal de Justiça que têm trabalhado pela nossa causa”. Já a segunda, elogiou essa nova ação “de mecanismo de proteção a quem não consegue sair dessa situação”.

Segundo o corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Mair Anafe, “o dia de hoje é absolutamente importante à proteção da mulher e à proteção familiar”. Nesse quesito, a preocupação do corregedor se acentuou em razão da pandemia e suas consequências de aumento de violência doméstica. “Esses mecanismos darão efetividade às medidas protetivas. É a garantia de que há preocupação com a contenção da violência e preocupação com a vítima.” A Corregedoria Geral da Justiça acompanhará de perto a eficácia da monitoração eletrônica e a utilização da unidade portátil de rastreamento.

Ao fazer uso da palavra, o presidente Pinheiro Franco foi enfático. “Sem controle não se consegue extirpar esse mal. Esse passo permitirá que o Executivo e o Judiciário tenham pleno controle das medidas protetivas. É um projeto do bem”, disse lembrando que o Brasil, segundo a ONU, é o quinto país no qual mais se matam mulheres no mundo. “Vamos conjugar esforços para viabilizar a monitoração eletrônica e a utilização da unidade portátil de rastreamento, no âmbito da Justiça Criminal do Estado de São Paulo,

como mecanismos para prevenir, coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos das Leis 12.258/2010, 21.403/2011 e 11.340/2006.”

Comunicação Social TJSP – RS (texto) / AC (reprodução) / Site do Governo (fotos)

imprensatj@tjsp.jus.br

TJSP na Mídia: Jornal da Record destaca projeto #Rompa

Institucional - 31/05/2021



Iniciativa pelo enfrentamento da violência de gênero

Na edição da última sexta-feira (28), o Jornal da Record destacou o projeto #Rompa em matéria sobre violência doméstica. “O Brasil é hoje o quinto país do mundo em feminicídios. Para tentar mudar essa realidade, o Tribunal de Justiça de São Paulo, em parceria com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), criou o projeto #Rompa. O objetivo é levar informações para as vítimas e interromper o ciclo da violência”, explica a reportagem. Assista aqui.

Na matéria, a desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp), destaca a importância de políticas de combate e enfrentamento à violência doméstica. “Nós temos, sim, que nos importar com a situação, pois diz respeito à estrutura familiar, à autoestima da mulher e tem um reflexo muito grande na educação dos filhos. Não é somente a mulher a prejudicada, mas toda a estrutura familiar”, afirma a magistrada.

#Rompa

Lançado no Dia Internacional da Mulher (8/3), o projeto é uma parceria com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e conta com o apoio das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM). Ele é dividido em quatro eixos relativos ao ciclo da violência. O primeiro

trata da divulgação da campanha e da premiação. O segundo pretende reforçar junto aos operadores do sistema de justiça a atuação conjunta, visando combater a subnotificação dos casos. No terceiro eixo, o #Rompa dará atenção à divulgação das ações feitas por magistradas e magistrados de todo o Estado. No quarto, visibilidade aos programas existentes e às ações de pacificação como o “Carta de Mulheres”, “Projeto Fênix” e “App Juntas”.

Pelo hotsite www.tjsp.jus.br/rompa, é possível encontrar informações sobre o projeto; material de divulgação; cartilha #Rompa, com informações sobre os tipos de violência, como identificá-los, como agir e os canais de atendimento disponíveis; Painel da Proteção, com o histórico de medidas protetivas concedidas nos últimos dois anos (atualizado mensalmente); e o Prêmio #Rompa, para identificar e dar visibilidade a iniciativas de combate à violência de gênero.

Comunicação Social TJSP – AA (texto) / LF (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

TJSP e Uninove celebram acordo para a concessão de 20 mil bolsas de estudo

Iniciativas e Ações Sociais - 30/06/2021



Incentivo à conclusão do Ensino Fundamental e Médio

O Tribunal de Justiça de São Paulo e a Associação Educacional Nove de Julho, mantenedora da Universidade Nove de Julho e do Colégio Nove de Julho, formalizaram, nesta terça-feira (29), acordo de cooperação para a concessão de 20 mil bolsas de estudo integrais nos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Ensino Fundamental – Anos Finais e no Ensino Médio, na modalidade Ensino à Distância (EAD).

O incentivo valerá aos servidores, funcionários e prestadores de serviço do TJSP, seus respectivos cônjuges, ascendentes e descendentes, e às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar encaminhadas pela Justiça paulista, assim como seus ascendentes e descendentes. A EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria (art. 37 da Lei nº

9.394/96), e possibilita sua conclusão na metade do tempo regular, aproveitando-se os estudos anteriores regularmente comprovados pelo interessado.

Para garantir o acesso dos alunos às aulas com conexão estável, a Associação Educacional Nove de Julho disponibilizará para cada bolsista, gratuitamente, um chip de plano de dados de internet com 10 GB. As bolsas serão concedidas aos jovens e adultos indicados pela Presidência do TJSP.

Para o 2º semestre de 2021, com início das aulas em agosto, serão disponibilizadas, tão somente, vagas do curso EJA – Ensino Médio para maiores de 18 anos que demonstrarem haver concluído, no Estado de São Paulo, o Ensino Fundamental ou as séries já cursadas, para aproveitamento, do Ensino Médio. As matrículas, após as indicações feitas pelo TJSP, estarão abertas de 6 a 30 de julho, no campus Vergueiro da Uninove.

A celebração foi realizada em reunião virtual em que estiveram presentes o presidente do TJSP, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco; a coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp), desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida; os juízes assessores da Presidência Rodrigo Nogueira, João Baptista Galhardo Júnior e Fernando Antonio Tasso; o juiz e diretor acadêmico dos cursos de direito da Uninove Rodrigo Capez; os reitores da Uninove Eduardo Storópoli e Maria Cristina Barbosa Storópoli; e a professora Cinthya Duran.

Em nome do tribunal, o presidente Pinheiro Franco agradeceu a oportunidade dada a 20 mil pessoas. “Nós, do TJSP, mantemos diversos convênios com a Uninove destinados a fazer o bem para as pessoas, acolhê-las e ajudá-las a desenvolver atividades que talvez não pudessem sem um olhar voltado ao cidadão. A preocupação social da universidade é extraordinária e podemos traduzir essa preocupação no pleno exercício do dever da cidadania”, disse.

A desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida também agradeceu à associação e destacou o trabalho fundamental da instituição à causa da Comesp. “É um fato histórico, nunca houve um projeto dessa magnitude e eu fico muito agradecida. Espero que essa parceria continue e que nós possamos fazer muitas coisas juntos, sempre voltadas ao interesse das pessoas que estão precisando e querem evoluir e crescer.”

Encerrando a celebração do acordo de cooperação, o reitor Eduardo Storópoli lembrou que o acordo atende uma importante meta do Plano Nacional de Educação, que é a educação de jovens e adultos, e classificou o termo como uma “parceria de inclusão. “Isso é uma missão muito importante. Vamos fazê-la com empenho e esforço, para que as pessoas possam dar continuidade à sua educação”, destacou.

Comunicação Social TJSP – AA (texto) / PS (Reprodução e arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

EPM conclui curso sobre enfrentamento da violência doméstica

Cursos - 08/07/2021



Aula de encerramento foi dedicada à atuação da Comesp

Com exposições sobre o funcionamento e atuação em rede da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), foi encerrado na terça-feira (6) o curso **Enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher – avaliação de risco – ferramenta necessária** da Escola Paulista da Magistratura (EPM). As exposições foram feitas pelas juízas integrantes da Comesp Teresa Cristina Cabral Santana (vice-coordenadora), Rafaela Caldeira Gonçalves e Danielle Galhano Pereira da Silva, coordenadoras do curso, e Renata Mahalem da Silva Teles e pela assistente social judiciária Maria de Fátima de Jesus Agostinho Ferreira.

Com 30 encontros, o curso também foi coordenado pelas desembargadoras Angélica de Maria Mello de Almeida, que coordenou a Comesp até se aposentar, em novembro de 2020, e Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, atual coordenadora, que não puderam comparecer. As gravações das aulas estão disponíveis no canal da EPM no YouTube.

A abertura dos trabalhos foi feita pelo diretor da EPM, desembargador Luis Francisco Aguilar Cortez, que agradeceu a participação de todos e parabenizou as coordenadoras pelo curso. “Foi uma honra e uma satisfação para a Escola participar de um evento de tamanha envergadura, sobre um tema de tamanha importância para a nossa sociedade”, frisou.

Teresa Santana recordou que a Comesp foi criada em 2012 com a finalidade de prestar assistência à mulher de maneira articulada. Ela explicou que a Coordenadoria desenvolve três frentes: atuação nas redes estatual e municipal de enfrentamento da violência contra a mulher; iniciativas como o Projeto Fênix, que atende mulheres que sofreram danos estéticos por conta da violência; e ações informativas, por meio de cursos em conjunto com a EPM e com universidades e a newsletter Pílulas informativas, entre outras atividades.

Rafaela Gonçalves discorreu sobre a importância de os magistrados que atuam nas varas de violência doméstica atuarem na rede de enfrentamento. Ela destacou a questão da violência institucional de gênero, ressaltando a necessidade de não revitimizar as mulheres. Mencionou a jurista argentina María Luisa Femenías para definir os aspectos que caracterizam esse tipo de violência: negação do delito, invisibilidade, encobrimento e ausência de proteção. E ressaltou que a violência institucional constitui uma barreira de acesso à Justiça para as mulheres, ao impedir que alcancem e possam se valer das ferramentas judiciais oportunas e efetivas nos casos de violência de gênero.

Danielle Galhano explicou a atuação da Casa da Mulher Brasileira, inaugurada em 2019, com a finalidade de integrar, ampliar e articular os equipamentos públicos de atendimento das vítimas de violência no mesmo espaço físico. Ela recordou que o espaço é um dos eixos do programa “Mulher, viver sem violência”, que possui diretrizes gerais e protocolos de atendimento baseados em dois tratados internacionais, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, além da Lei Maria da Penha.

Renata Teles discorreu sobre o feminicídio, apresentando estudos de casos para demonstrar fatores de risco. “Nem sempre as situações de violência chegam ao conhecimento das autoridades, a ponto de se evitar o feminicídio. É comum que as vítimas não registrem ocorrência da violência, por diversas razões. Por vezes acreditam que o agressor não seria capaz de provocar mal maior a elas ou têm medo de maiores consequências. Disso se extrai a necessidade e a importância de se trazerem políticas públicas de prevenção para encorajar essas vítimas a romperem o ciclo de violência, de modo que se sintam seguras e acreditem no poder do Estado”, afirmou, enfatizando que quando a violência é levada às autoridades, o sistema de Justiça tem que dar resposta pronta e adequada. “Daí a importância do formulário de risco como uma ferramenta que subsidiará o juiz na concessão das medidas necessárias”, ressaltou.

Encerrando as exposições, Fátima Ferreira falou sobre a atuação da equipe multidisciplinar do Tribunal de Justiça de São Paulo, composta por assistentes sociais e psicólogos.

Comunicação Social TJSP – LS (texto) / Reprodução (imagem)

imprensatj@tjsp.jus.br

TJSP na Mídia: Medidas protetivas concedidas às mulheres aumentaram 44%, mostram dados do projeto

#Rompa

Institucional - 22/07/2021



Globo News e portal G1 abordaram o tema.

O canal Globo News, em seu programa Edição das 10, e o portal G1 veicularam, hoje (22), matérias sobre violência doméstica utilizando dados do Painel da Proteção do projeto **#Rompa**, iniciativa do Tribunal de Justiça de São Paulo e da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) para combate à violência de gênero.

As reportagens mostram que, de acordo com os dados do **#Rompa**, as medidas protetivas concedidas às mulheres aumentaram 44% no estado de SP em dois anos. Foram 21.502 pedidos concedidos no primeiro semestre de 2019, 24.305 no mesmo período de 2020 e 30.857 nos seis primeiros meses de 2021. “A quantidade de pedidos de medidas protetivas concedidos pela Justiça paulista ao longo do primeiro semestre deste ano representa uma média, no período, de uma decisão favorável a uma vítima de violência doméstica a cada 8 minutos”, destacou a matéria do G1.

Em entrevista, a juíza Flávia Martins de Carvalho, que é uma das embaixadoras do projeto e também colaboradora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp), falou sobre as razões para a elevação destes índices. “Existe um aumento decorrente da pandemia, em razão das vítimas estarem em contato por um tempo maior com o agressor e pela dificuldade de mobilidade e de acesso à rede de proteção por estas vítimas, o que acaba contribuindo para o aumento da violência”, afirmou.

A magistrada também destacou a importância de se estar atento aos sinais de agressão e procurar os canais de denúncia para noticiar a violência. “O mais importante é que a sociedade como um todo se conscientize que, em briga de marido e mulher, a gente precisa ‘meter a colher’ para não ser cúmplice daquela violência através da nossa omissão.”

#Rompa

Lançado no Dia Internacional da Mulher (8/3), o projeto é uma parceria com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e conta com o apoio das empresas e concessionárias ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM). Ele é dividido em quatro eixos relativos ao ciclo da violência. O primeiro trata da divulgação da campanha e da premiação. O segundo pretende reforçar junto aos operadores do sistema de justiça a atuação conjunta, visando combater a subnotificação dos casos. No terceiro eixo, o #Rompa dará atenção à divulgação das ações feitas por magistradas e magistrados de todo o Estado. No quarto, visibilidade aos programas existentes e às ações de pacificação como o “Carta de Mulheres”, Projeto Fênix” e “App Juntas”.

Pelo hotsite www.tjsp.jus.br/rompa, é possível encontrar informações sobre o projeto; material de divulgação; cartilha #Rompa, com informações sobre os tipos de violência, como identificá-los, como agir e os canais de atendimento disponíveis; Painel da Proteção, com o histórico de medidas protetivas concedidas nos últimos dois anos (atualizado mensalmente); e o Prêmio #Rompa, para identificar e dar visibilidade a iniciativas de combate à violência de gênero.

Comunicação Social TJSP – DM (texto) / MK (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

EPM realizará nova edição do curso ‘Faces da violência’

Cursos - 24/07/2021



Inscrições podem ser feitas até 6 de setembro.

A Escola Paulista da Magistratura (EPM) realizará de 14 de setembro a 19 de outubro a terceira edição do curso **Faces da violência**, sob a coordenação das juízas Teresa Cristina Cabral Santana, Rafaela Caldeira Gonçalves, Danielle Galhano Pereira da Silva e Renata Mahalem da Silva Teles, da promotora de Justiça Valéria Diez Scarance Fernandes, das defensoras públicas Paula Sant’Anna Machado de Souza e Nálida Coelho Monte e das advogadas Alice Bianchini e Claudia Patrícia de Luna. As aulas serão ministradas às terças-feiras, das 10 às 12 horas, a distância, com acesso na Central de vídeos do site da Escola.

São oferecidas 700 vagas, gratuitas e abertas a magistrados, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados, servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do Ministério Público do Estado de São Paulo e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil

e demais entidades e pessoas que atuam na rede de enfrentamento à violência de gênero. Haverá emissão de certificado de conclusão de curso àqueles que apresentarem 75% de frequência.

Para se inscrever, o interessado deverá acessar até o dia 6 de setembro a área Inscrições do site da EPM, clicar no nome do curso e em seguida em “Realizar login”. Magistrados e funcionários do TJSP deverão clicar no ícone “Entrar com @tjsp.jus.br”, preencher e-mail e senha do correio eletrônico e seguir as instruções indicadas. Magistrados inativos do TJSP deverão solicitar orientação por meio do e-mail epmcursonrapidos@tjsp.jus.br. Os demais interessados deverão clicar em “Inscreva-se agora” para criar sua conta de usuário e senha. Após realizarem o *login*, deverão selecionar a modalidade e clicar em “Inscrever-se”. A seguir, deverão preencher as informações seguindo as instruções apresentadas e confirmar a inscrição. Deverá constar o nome completo na ficha. Oportunamente será remetido e-mail confirmando a inscrição.

Os inscritos serão matriculados automaticamente. Mais informações no site da EPM.

Programa

14/9 – Racismo, sexismo e acesso à Justiça

Advogada Dina Alves

21/9 – Direito dos povos e comunidades tradicionais

Advogada Allyne Andrade e Silva

28/9 – As mulheres trans e o acesso à Justiça: a importância do nome social

Professoras Beatriz Pereira e Laura Prevato

5/10 – Reflexos da violência de gênero nas varas de Família

Profa. Ela Wiecko

19/10 – Legítima defesa da honra e a plenitude do direito de defesa

Advogada Soraia Mendes

Comunicação Social TJSP - MA (texto) / LS (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

Comesp realiza primeiro encontro do projeto Desatando Nós

Iniciativas e Ações Sociais - 28/07/2021



Evento reuniu cerca de 100 pessoas

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), em parceria com o Centro de Integração da Cidadania (CIC), do Governo do Estado de São Paulo, realizou, nesta quarta-feira (28), o primeiro encontro virtual do projeto Desatando Nós, que busca promover o exercício da cidadania e facilitar as formas alternativas de acesso à Justiça. Para a abertura, que contou com cerca de 100 expectadores, o tema escolhido foi “Apresentação e Consequência da Violência Doméstica na Saúde Familiar”.

No início do evento, a juíza da integrante Comesp Danielle Galhano Pereira da Silva, que atua na Casa da Mulher Brasileira, falou das constantes parcerias do TJSP com outros poderes, sendo uma delas o atual projeto com o CIC. “Em observância à política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, faz-se necessária atuação em conjunto com órgãos governamentais e não governamentais no combate às desigualdades, discriminações e à violência contra mulher. Assim, decidimos promover rodas de conversa e outros projetos, visando implementar ações destinadas à prevenção da violência de gênero, bem como oferecer acolhimento e rede de enfrentamento e proteção às mulheres” afirmou.

A médica sanitarista, especializada em ginecologia, e coordenadora do Programa Saúde do Adolescente, da Secretaria da Saúde, Albertina Duarte Takiuti, disse que cada encontro como esse “é um aprendizado de vida”, bem como ressaltou o papel de São Paulo como exemplo de luta das mulheres. “Precisamos de uma sociedade que valorize a mulher desde que ela nasce. Se empoderarmos nossas garotas, elas denunciarão, dirão não. Uma mãe escrava criará filhas escravas, que acharão natural sofrer violências física e psicológica. Temos que dar voz às mulheres, ser um canal de escuta. Fomos feitas de ferro e fogo, precisamos nos unir”, disse.

Também participaram dos debates a diretora do CIC Oeste, Edilaine de Oliveira Daniel, a diretora do CIC Norte, Denise da Conceição da Silva Avarese, e a coordenadora de Política para Mulheres da Secretaria da Justiça e Cidadania, Edna Sandra Martins. Ao final, o público pôde fazer perguntas à palestrante.

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / AC e PS (reprodução e arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

XV edição da Jornada Maria da Penha acontece em 10 de agosto

Iniciativas e Ações Sociais - 06/08/2021



Inscrições podem ser feitas até segunda-feira (9)

Na próxima terça-feira (10), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove a XV edição da Jornada Maria da Penha. Magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário, operadores do Direito e membros da sociedade civil podem se inscrever até o dia 9/8. O evento terá transmissão ao vivo pelo canal do CNJ no Youtube, das 10 às 17 horas. Confira a programação.

As magistradas integrantes da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo (Comesp) Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (coordenadora), Teresa Cristina Cabral Santana (vice-coordenadora), Danielle Galhano Pereira da Silva, Rafaela Caldeira Gonçalves e Renata Mahalem da Silva Teles participarão do evento. Farão a abertura da jornada e as palestras magnas o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e CNJ, ministro Luiz Fux, e a conselheira Tânia Reckziegel. Nesta edição, será abordada a evolução legislativa no âmbito da violência doméstica; a violência contra a mulher sob a perspectiva dos homens; a violência contra a mulher na mídia e o caminho ao feminicídio.

Sobre a Jornada Maria da Penha

Desde 2007 o CNJ realiza, uma vez ao ano, a Jornada de Trabalhos sobre a Lei Maria da Penha. Nas edições anteriores, o evento auxiliou na implantação das varas especializadas nos estados, possibilitou a criação do Fórum Permanente de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), de modo a conduzir permanente e profundo debate da magistratura a respeito do tema, e incentivou a uniformização de procedimentos das varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher. Ao final de cada edição é produzida uma Carta onde são apresentadas as propostas de ação para subsidiar a implementação da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Clique aqui para acessá-las.

**Com informações do CNJ.*

Comunicação Social TJSP – AA e CNJ (texto) / CNJ (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

15 Anos da Lei Maria da Penha: dignidade e proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar



Institucional - 07/08/2021

492 mil medidas protetivas solicitadas durante o período

Há 15 anos, o Brasil conquistava uma importante vitória na luta contra violência de gênero, doméstica e familiar, no País: a sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06). Considerada marco importante na proteção às mulheres, a norma é tida pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) como uma das três leis mais avançadas do mundo. Trata-se de uma lei pedagógica, que estabelece em especial medidas de prevenção, trazendo e destacando ações e condutas voltadas à formulação de políticas públicas e composição de rede de enfrentamento à violência, não somente sob o enfoque de gênero, mas, também, sob o enfoque interseccional, com a necessidade de implementação considerando os marcadores sociais da diferença.

A Lei Maria da Penha, ao longo do tempo, passou por atualizações e modificações, acompanhando avanços e exigências sociais, como aconteceu em 2018, quando foi reconhecida a violação da intimidade da mulher como violência psicológica. Outros marcos legislativos também sofreram alteração, como, recentemente, o Código Penal, com a inclusão do artigo 147B, tipificando o crime de violência psicológica contra mulher. Isso contribui para que mais mulheres se sintam amparadas e estimuladas a noticiar casos de agressão. No projeto Carta de Mulheres, do TJSP, que fornece esclarecimentos a mulheres que estão em situação de violência ou pessoas que queiram ajudá-las, a violência psicológica é o tipo mais reportado.

Números

Desde que a Lei Maria da Penha entrou em vigor, o número de pedidos de medidas protetivas de urgência cresce ano a ano no Estado de São Paulo. Nos primeiros seis meses da lei, foram cerca de 25 solicitações para o Judiciário paulista. Durante o primeiro semestre de 2021, 15 anos depois, foram 40 mil pedidos de medidas protetivas de urgência – um número 1,5 mil vezes maior – totalizando aproximadamente 492 mil medidas protetivas solicitadas no Estado de São Paulo desde a criação da lei.

No Tribunal de Justiça de São Paulo, a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) tem atuação efetiva e concreta, com campanhas de enfrentamento à violência de gênero. O Carta de Mulheres, em vigor desde abril de 2020, se tornou um dos principais

canais on-line de orientação. O projeto, ademais, tem permitido à Comesp avaliar a efetividade das ferramentas de acesso à Justiça e direcionar a atuação na formulação e implementação de políticas públicas, também previstas na Lei Maria da Penha. Em março deste ano, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a Corte paulista lançou o projeto #Rompa, cuja premissa é conscientizar a população sobre a gravidade da violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher, e proporcionar ações e políticas públicas que permitam o enfrentamento e o rompimento do ciclo da violência.

Distribuição de pedidos de Medidas Protetivas de Urgência	
Estado de São Paulo	
Período de 1/1/06 a 30/6/21	
2006	28
2007	234
2008	304
2009	1.011
2010	6.367
2011	6.665
2012	28.028
2013	37.099
2014	38.574
2015	40.681
2016	44.479
2017	49.898
2018	55.341
2019	69.680
2020	72.883
2021 (até junho)	40.712
TOTAL	491.984

Fonte – BI-TJSP

Estatísticas do Projeto Carta De Mulheres	
Período de 7/4/20 a 3/8/21	
Número de cartas recebidas	
1.872	
Tipo de violência praticado	
Psicológica	1.559
Moral	1.225
Física	939
Patrimonial	479
Sexual	146
Relação entre a vítima e o agressor	
Companheiro	585
Ex-marido	562
Ex-namorado	182
Namorado	135
Filho	77
Pai	67
Irmãos	63
Vizinho	27
Cunhado(a)	19
Amigos(as)	19
Ex-sogro(a)	16
Tio	16
Genro/nora	10
Sobrinho(a)	9
Ex-namorada	7
Padrasto	6
Mãe	4
Síndico	4
Esposa do ex-marido	3
Patrão/patroa	3
Primo	2
Namorada	1
Etnia da vítima	
Branca	873
Parda	617
Preta	187
Amarela	27
Indígena	9

Comesp participará de webinar sobre a Lei Maria da Penha

Cursos - 10/08/2021



Evento promovido pelo Cocevid, Ibdfam e TJSC

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) participará, na próxima quinta-feira (12), do webinar “Os 15 anos da Lei Maria da Penha e os desafios trazidos pela pandemia ante a agenda 2030”, promovido pelo Colégio de Coordenadores das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar dos Tribunais de Justiça Estaduais (Cocevid) em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito da Família (Ibdfam) e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Trata-se de um ciclo de palestras que ocorrerão nos dias 12, 19, 24 e 26/8, com transmissão ao vivo pelo canal do TJSC no Youtube, a partir das 19 horas.

A juíza da Vara da Região Oeste de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e integrante da Comesp, Rafaela Caldeira Gonçalves, será mediadora no painel “Educação de qualidade - gênero e educação: os reflexos da diferença de gênero e seus impactos na educação de mulheres e meninas”, que terá como palestrantes a professora doutora em Filosofia do Direito da Universidade Federal do Pará, Loiane Prado Verbicaro, e a presidente da Comissão Nacional de Gênero e Violência Doméstica do Ibdfam, Adélia Moreira Pessoa.

As demais palestras abordarão os temas “Competências de Família das Varas de Proteção” (19/8); “O impacto desproporcional da pandemia sobre as mulheres” (24/8) e “A importância do sistema de justiça para a garantia ao direito de existência” (26/8).

Comunicação Social TJSP – DM (texto) / Divulgação (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

Magistradas representam o TJSP na XV Jornada da Lei Maria da Penha

Iniciativas e Ações Sociais - 11/08/2021



Evento promovido pelo CNJ debateu violência contra a mulher

A XV edição da Jornada da Lei Maria da Penha, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aconteceu ontem (10). Além de abordar a evolução legislativa, o evento promoveu debates sobre o tema da violência doméstica na perspectiva dos homens, o papel da mídia e o caminho da violência contra a mulher até o feminicídio. Assista à parte 1 e à parte 2.

A desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp), a vice-coordenadora da Comesp, juíza Teresa Cristina Cabral Santana, e as juízas Danielle Galhano Pereira da Silva, Rafaela Caldeira Gonçalves e Renata Mahalem da Silva Teles, integrantes da Comesp, participaram da conferência, representando a Corte paulista.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins, discursou na solenidade de abertura da jornada. “Temos que trabalhar unidos, de mãos dadas, homens e mulheres, uma vez que a violência doméstica é um problema de todos, que atinge a família, as instituições democráticas, os poderes da República, a sociedade brasileira e mundial. Por isso, posso afirmar, a violência no âmbito doméstico deve ser combatida de forma intransigente e enérgica, com punições severas e graves”, refletiu.

A juíza do TJSP e diretora da Comissão AMB Mulheres, Maria Domitila Prado Manssur, discursou na mesa de abertura do evento, exaltando as ações implementadas com o objetivo de diminuir espaços de

discriminação e violência. “Espero que a XV Jornada da Lei Maria da Penha traga à nossa sociedade nossos olhares de magistrados e magistradas preocupados com a violência contra a mulher e com as pessoas em situação de vulnerabilidade e consiga demonstrar como estamos preocupados em como a sociedade nos vê; como os homens participam do enfrentamento da violência contra a mulher; como a mídia apresenta esses episódios de violência e como é importante que o Poder Legislativo continue implementando leis de enfrentamento a violência de gênero”, considerou a magistrada.

A programação da manhã continuou com dois painéis de debates. O primeiro, mediado pela juíza Bárbara Lívio (TJMG), contou com a exposição das palestras “A violência contra a mulher sob a perspectiva dos homens”, ministrada pelo desembargador Roger Rios (TRF4); e “A violência contra a mulher na mídia”, explanada pela promotora Maria Gabriela Prado Manssur (MPSP). No segundo painel da manhã, a juíza Lívia Peres (TRF1), foi a moderadora da apresentação do Projeto de Diagnóstico da Eficácia das Medidas Protetivas de Urgência, em parceria com o Instituto Avon, exposto por Beatriz Accioly, coordenadora de pesquisa e impacto do instituo; e pela advogada Leila Barsted, membro do Fórum de Violência Doméstica e Familiar da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e da Comissão de Segurança da Mulher do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

A palestra magna da XV edição da Jornada da Lei Maria da Penha, foi proferida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Luiz Fux. “Em tempos de pandemia, a violência doméstica tem crescido drasticamente. Se o isolamento social serviu como remédio eficaz para o combate à pandemia do coronavírus, esse efeito, tristemente, foi exatamente o contrário em relação à praga violência contra a mulher. Neste contexto, destaco a relevância da jornada da Lei Maria da Penha, criada em 2007, justamente para a promoção de debates permanentes a respeito da aplicação da Lei 13.340/2006, que completou 15 anos em 7 de agosto de 2021”, destacou.

Mais dois painéis foram apresentados na segunda parte do evento. A desembargadora Salete Sommariva (TJSC), mediu os seminários “A violência contra a mulher e a evolução legislativa”, apresentado pela deputada federal Soraya Santos; e “A violência contra a mulher e o caminho ao feminicídio”, ministrado pela juíza Jacqueline Machado (TJMS). O último painel divulgou o Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência (BNMPU), desenvolvido pelo CNJ e apresentado pela procuradora da República da Terceira Região e supervisora da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, Maria Cristina Ziouva; e pela diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Gabriela Soares.

Jornada da Lei Maria da Penha - Uma vez ao ano, desde 2007, o CNJ realiza a Jornada Lei Maria da Penha para celebrar o aniversário da sanção da Lei federal n. 11340/2016. Ao final de cada edição, é produzida uma Carta onde são apresentadas as propostas de ação para aprimorar a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres.

18ª Edição da Semana Justiça pela Paz em Casa começa na próxima segunda-feira

Campanhas - 12/08/2021



Campanha concentra julgamentos de violência doméstica

A **18ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa**, iniciativa nacional de conscientização, prevenção e julgamento de casos de violência doméstica, tem início na próxima semana e ocorrerá no período de 16 a 20/8. Durante a semana, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os Tribunais de Justiça, são realizados mutirões de audiências e julgamentos de processos envolvendo violência doméstica e familiar e casos de feminicídio.

A primeira campanha foi realizada em março de 2015. Com a edição da Portaria CNJ n. 15/2017 e da Resolução CNJ n. 254/2018, a Semana Justiça Pela Paz em Casa foi incorporada à Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e passou a ocorrer de forma contínua. As Semanas Justiça pela Paz em Casa são realizadas em três edições anuais: na segunda semana do mês de março, na penúltima semana do mês de agosto e na última semana do mês de novembro de cada ano.

Na 17ª edição, ocorrida em março deste ano, o Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), contabilizou 761 sentenças em violência contra a mulher e 883 medidas protetivas concedidas. Também

foram realizadas no formato híbrido e virtual 807 audiências de instrução e outras 37 audiências preliminares, de acolhimento e justificação, exclusivamente virtuais.

Comunicação Social TJSP – DM (texto) / AD (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

Comesp participa de webinar sobre educação e igualdade de gênero

Cursos - 13/08/2021



Palestras estão disponíveis na internet

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) participou, nesta quinta-feira (12), do webinar “Os 15 anos da Lei Maria da Penha e os desafios trazidos pela pandemia ante a agenda 2030”, promovido pelo Colégio de Coordenadores das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar dos Tribunais de Justiça Estaduais (Cocevid) em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito da Família (Ibdfam) e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A juíza da Vara da Região Oeste de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e integrante da Comesp, Rafaela Caldeira Gonçalves, foi mediadora no primeiro painel do evento, com o tema “Educação de qualidade - gênero e educação: os reflexos da diferença de gênero e seus impactos na educação de mulheres e meninas”. Assista no canal do TJSC no Youtube.

Na abertura do evento, a presidente do Cocevid, desembargadora Salete Silva Sommariva (TJSC), afirmou que há motivos para comemorar o aniversário da Lei Maria da Penha. “Ainda temos muito que avançar,

mas os benefícios que esta lei trouxe às nossas mulheres é enorme”, declarou. A presidente do Ibdfam, Luciana Faísca Nahas acrescentou que “temos que comemorar a possibilidade de sair do silêncio, trazer o tema da violência contra a mulher ao debate e mudar a sociedade.” A presidente da Comissão Nacional de Gênero e Violência Doméstica do Ibdfam, Adélia Moreira Pessoa, destacou que a pandemia de Covid-19 trouxe à tona o problema da violência doméstica e que o momento de crise pode ser propício para trazer mudanças. “Violência contra a mulher é violência contra a família e deve-se ir além da punição do autor, com a implementação de ações concretas e eficazes de enfrentamento ao problema.”

Em seguida, tiveram início as duas palestras da noite. Na primeira, a professora doutora em Filosofia do Direito da Universidade Federal do Pará, Loiane Prado Verbicaro, falou da necessidade de uma educação voltada para a igualdade de um modo geral. “As diferenças e discriminações constituem muito mais situações implícitas de discriminação, perpetuadas e normalizadas por fatores históricos que justificam esta desigualdade e dificultam a discussão de políticas voltadas para desconstruí-la”, disse. A presidente do Ibdfam palestrou em seguida, falando sobre a importância de uma educação voltada para desconstruir mitos, preconceitos e estereótipos de gênero, de modo que a mulher se torne protagonista de sua própria história desde a infância. “Temos mitos no imaginário social que geram distorções silêncios, negligências e omissões”, disse

A juíza Rafaela Rafaela Gonçalves refletiu sobre as desigualdades e violências reveladas pela pandemia e a consequente necessidade de se repensar a educação como um todo. “Uma educação que se disponha a promover a igualdade de gênero é indispensável não só para a inserção de mulheres no mercado de trabalho, mas, principalmente, nos espaços sociais e políticos dos quais elas são historicamente excluídas”.

As demais palestras do webinar ocorrerão ao longo do mês, com transmissão ao vivo pelo canal do TJSC no Youtube, a partir das 19 horas. Os temas abordados serão “Competências de Família das Varas de Proteção” (19/8); “O impacto desproporcional da pandemia sobre as mulheres” (24/8) e “A importância do sistema de justiça para a garantia ao direito de existência” (26/8).

TJSP promove cine-debate sobre o documentário “Precisamos falar de assédio”

Eventos culturais - 23/08/2021



Parceria Caps, Ejus, Comesp e SGP

O Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu, na última sexta-feira (20), o cine-debate virtual do documentário "Precisamos falar do assédio", da diretora e roteirista Paula Sacchetta. O evento foi uma realização conjunta da Coordenadoria de Apoio dos Servidores (Caps), Escola Judicial de Servidores (EJUS), Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) e Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP). Além da diretora do filme, o debate contou com a participação da advogada cofundadora da Rede Feminista de Juristas, Marina Ganzarolli, com mediação da juíza da Vara do Júri de Santo André e integrante da Comesp, Teresa Cristina Cabral Santana. A juíza da Vara da Região Norte de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Camila de Jesus Mello Gonçalves, esteve prestigiando o evento, que teve a audiência de mais de 350 pessoas.

Na abertura, o coordenador da Caps, desembargador Antonio Carlos Mathias Coltro e o diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM), desembargador Luís Francisco Aguilar Cortez, parabenizaram os setores envolvidos pela iniciativa e afirmaram ser uma satisfação proporcionar um evento de tamanha importância, passando, logo em seguida, à exibição do filme.

O documentário "Precisamos falar do assédio" foi gravado em março de 2018. Uma van-estúdio visitou nove lugares em São Paulo e Rio de Janeiro, coletando depoimentos de mulheres vítimas de assédio e abuso sexual. Dentro do veículo, as mulheres ficavam sozinhas para falar, sem qualquer tipo de entrevistador ou interlocutor, para se sentirem à vontade e poderem contar o que quisessem. As histórias vão desde cantadas feitas por desconhecidos no transporte público ou na rua, até estupros cometidos por parentes e dentro da própria casa, quando elas eram crianças. As que preferiram não se identificar, podiam usar uma das quatro máscaras disponíveis que representavam os motivos pelas quais elas não queriam aparecer: medo, vergonha, raiva ou tristeza. Dos 140 depoimentos colhidos, 26 compõem o documentário. Todos os depoimentos podem ser vistos no site do projeto.

"Infelizmente, este é um filme atualíssimo, que está sendo debatido até hoje, porque pouca coisa mudou", afirmou Paula Sacchetta. Ela pontuou que, para além de se proteger as mulheres e denunciar a violência contra elas, deve-se pensar em "educar homens melhores para a sociedade e para mudar esta cultura". "Eu me lembro que, quando eu saía para uma festa, meu pai me chamava a atenção por causa da roupa que eu estava usando. Nunca o vi aconselhar meu irmão, quando ele ia a uma festa, a não assediar as meninas, não ficar com uma garota se ela estivesse bêbada, porque não se pode fazer nada sem o pleno consentimento dela", contou. "Precisamos educar os meninos para que respeitem as meninas e, assim, sejam homens que não violentarão as mulheres quando crescerem."

A advogada Marina Ganzarolli pontuou que, no documentário, muitas mulheres relataram histórias de abuso ocorridas na infância. "Mais de 70% dos abusos sexuais são cometidos contra meninas entre 13 e 17 anos e a violência sofrida na infância atravessa a história de vida destas mulheres", ressaltou. "O abuso que está acontecendo com esta menina agora ela só vai relatar daqui a quinze anos. É preciso falarmos sobre este tema, porque se trata do futuro das nossas crianças." Ela destacou, também, que a violência de gênero pode atingir qualquer mulher, independente de raça, idade, classe social. "Situações de violência sexual que acontecem no terreno baldio correspondem a menos de 6%. A maioria é praticada por pessoas próximas."

A juíza Teresa Cristina Cabral Santana pontuou que o caminho para combater a violência contra a mulher é a educação voltada para a igualdade de gênero. "Educando meninos e meninas para o respeito e a igualdade conseguiremos transformar a cultura da discriminação em nossa sociedade para uma cultura de paz."

Comesp divulga balanço da 18ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa

Iniciativas e Ações Sociais - 31/08/2021



Iniciativa para ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha

A 18ª Semana da Justiça pela Paz em Casa – iniciativa nacional de conscientização, prevenção e julgamento de casos de violência doméstica –, realizada entre os dias 16 e 20/8, contou com diversas ações e um esforço conjunto para realização de audiências voltadas ao tema. Com o apoio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), foram concedidas 972 medidas protetivas de urgência, 10% a mais do que durante a 17ª Semana, quando foram concedidas 883 medidas protetivas.

Nos cinco dias, o Judiciário paulista realizou 1.333 audiências, tanto presenciais e virtuais quanto em formato híbrido, o que equivale a uma média de 266 por dia. Foram 1.064 audiências de instrução (sessão pública que conta com a presença das partes, seus advogados e testemunhas, que produzem os elementos probatórios de convencimento do magistrado), 172 audiências do artigo 16 da Lei Maria da Penha e 97 audiências preliminares, de acolhimento e de justificação.

Também foram contabilizadas 4.490 sentenças ou decisões e 4.161 despachos - em relação a sentenças de conhecimento com resolução de mérito em violência contra a mulher, o número chegou a 789, enquanto sem resolução foram 232. Já as sentenças de conhecimento criminais com mérito em feminicídio totalizaram 14, enquanto as sem mérito foram 5.

Além disso, o Tribunal de Justiça de São Paulo registrou a atuação de 347 magistrados e 1.084 servidores durante a campanha.

Comunicação Social TJSP – AA (texto) / AD (Arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

TJSP na Mídia: Vice-coordenadora da Comesp concede entrevista sobre o projeto #Rompa

Institucional - 13/09/2021



Iniciativa é parceria entre TJSP e Apamagis

O jornal Folha do ABC publicou, neste sábado (11), entrevista com a juíza Teresa Cristina Cabral Santana, vice-coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) e titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Santo André. O assunto da conversa foi o projeto #Rompa, parceria do Tribunal de Justiça de São Paulo e Associação Paulista de Magistrados (Apamagis).

Segundo a magistrada, o #Rompa busca trabalhar em conjunto com outras instituições para apoiar mulheres em situações de violência. “As iniciativas se disseminam e são em várias frentes, como cursos de formação, incentivo a empresas e instituições na formulação de políticas públicas, engajamento com a sociedade civil, implementação de políticas públicas que ajudem a mulher a sair da situação de violência”, afirmou.

“Temos hoje uma sociedade e instituições mais conscientes acerca do problema e da gravidade da violência de gênero, com as consequências deletérias na vida das pessoas que passam pela situação”, apontou.

Sobre a Lei Maria da Penha, que completa 15 anos, a magistrada frisou que é considerada “uma das três melhores leis do mundo”. “Precisamos de engajamento e que seja aplicada, em sua integralidade, especialmente em ações preventivas, que são o objetivo fundamental e principal dessa legislação”, disse.

Comunicação Social TJSP –AE (texto) / LF (arte)

imprensatj@tjsp.jus.br

Nova edição do curso 'Faces da violência' tem início na EPM

Cursos - 16/09/2021



Advogada Dina Alves ministrou a aula inaugural

Com um debate sobre o tema 'Racismo, sexismo e acesso à Justiça', teve início nesta terça-feira (14) a terceira edição do curso Faces da violência, com exposição da advogada Dina Alves. A gravação da aula em breve estará disponível no canal da EPM no YouTube.

A abertura dos trabalhos foi feita pelo diretor da EPM, desembargador Luis Francisco Aguilar Cortez, que ressaltou a importância de eventos relacionados à temática, lembrando que por muito tempo ela foi ignorada. "Temos que superar esta situação, enfrentando os temas e entendendo que apenas com respeito e solidariedade a sociedade poderá construir soluções duradouras e equilibradas para todos", frisou.

Dina Alves baseou sua exposição em sua dissertação de mestrado, "Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana". "Falar do sistema prisional e das interseccionalidades que operam e constituem esse sistema é reconhecer como os diferentes eixos de opressão se configuram, produzindo as múltiplas discriminações e como esse estado de coisa inconstitucional, que é o sistema prisional, reconhecido inclusive pelo Supremo Tribunal Federal em 2015, situa as mulheres negras em um lugar de histórica invisibilidade social, ou seja, são negadas a elas todas as formas de acesso ao direito. E ao mesmo tempo, situa essas mulheres no lugar de hipervisibilidade dos seus corpos na distribuição da punição", ponderou, acrescentando que essas

interseccionalidades operam enquanto fenômenos historicamente determinantes e se mantêm atualizadas e reconfiguradas na reprodução de discriminações.

Nesse contexto, lembrou que o Brasil é o terceiro país no ranking mundial de encarceramento, com 726 mil pessoas presas, e observou que 33% desse contingente é composto por pessoas que não tiveram condenação, ponderando que são presos tecnicamente inocentes, tendo em vista o princípio da presunção da inocência. Destacou ainda que o Brasil é o quarto país em encarceramento de mulheres, com mais de 42 mil presas. E salientou que de 2000 a 2016 houve um aumento de 455% no número de pessoas presas no país, sendo que em dez anos de existência da Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06) houve um aumento de 207% na quantidade de mulheres presas sob essa acusação. “Chama atenção também o alto índice dessas mulheres presas sem condenação, punidas por antecipação. As mulheres presas provisoriamente representam 45% do total”, ressaltou.

Participaram também do evento as juízas integrantes da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) Teresa Cristina Cabral Santana (vice-coordenadora), Danielle Galhano Pereira da Silva e Renata Mahalem da Silva Teles, coordenadoras do curso, entre outros magistrados, servidores e outros profissionais.

Comunicação Social TJSP – LS (texto) / Reprodução (imagens)

imprensatj@tjsp.jus.br

Nova edição do curso “Mulheres em uma cidade sustentável” na EPM

Cursos - 12/10/2021



Inscrições até 3 de novembro.

A Escola Paulista da Magistratura (EPM) realizará de 9 a 26 de novembro a 2ª edição do curso **Mulheres em uma cidade sustentável**, que aborda a importância dos temas desenvolvimento e sustentabilidade a

partir da promoção de debate que incorpora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O curso analisa, sob uma perspectiva de gênero, interseccional e intersetorial, a forma como as mulheres são impactadas por políticas públicas e proporciona reflexões que possam ajudar na concretização das metas estabelecidas pelas Nações Unidas.

São 700 vagas, gratuitas e abertas a magistrados, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados, servidores, integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil e demais entidades e pessoas que atuam na rede de enfrentamento à violência de gênero. As aulas serão às terças e sextas-feiras, das 10 às 11h30, a distância, com acesso na Central de vídeos do site da EPM. Haverá emissão de certificado de conclusão de curso àqueles que tiverem 75% de frequência.

A programação é coordenada pela juíza Teresa Cristina Cabral Santana, vice-coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp); Danielle Galhano Pereira da Silva, Rafaela Caldeira Gonçalves e Renata Mahalem da Silva Teles, integrantes da Comesp; pelas defensoras públicas Nálida Coelho Monte e Paula Sant'Anna Machado de Souza, coordenadoras do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública (Nudem); e pelas advogadas Alice Bianchini, vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB; Claudia Patrícia de Luna, integrante da Comissão da Mulher Advogada da OAB SP; e Maria Sylvia de Oliveira, coordenadora de Políticas de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

Para se inscrever, o interessado deve acessar até o dia 3 de novembro a área Inscrições do site da EPM, clicar no nome do curso e em seguida em "Realizar login". Magistrados e funcionários do Tribunal devem clicar no ícone "Entrar com @tjsp.jus.br", preencher e-mail e senha do correio eletrônico e seguir as instruções indicadas. Os demais interessados devem clicar em "Inscreva-se agora" para criar sua conta de usuário e senha.

Mais informações no site da EPM.

Comunicação Social TJSP – MA (texto) / AD (arte)

imprensati@tjsp.jus.br

Abertas inscrições para o XIII Fonavid

Iniciativas e Ações Sociais - 04/11/2021



Fórum debate violência doméstica

Estão abertas as inscrições para o XIII Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), que acontecerá nas modalidades presencial e virtual, entre 29 de novembro e 2 de dezembro, em Teresina, Piauí. O evento, aberto a magistrados, equipe multidisciplinar e público em geral, visa a troca de experiências e o constante aperfeiçoamento, bem como debate sobre novas ações e políticas públicas relacionadas ao assunto.

O tema deste ano é “Direitos Humanos e acesso à Justiça na violência doméstica e familiar: a Magistratura e o cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil”. Durante os quatro dias, serão discutidas questões como feminicídio, população LGBTQIA, mídia, articulação da rede de enfrentamento à violência, uso de sistemas tecnológicos, violência psicológica, boas práticas em Unidades Judiciárias e movimentos feministas.

O encontro conta com painéis, oficinas, palestras e grupos de trabalho. Participam como palestrantes, entre outros, juizes, delegados, professores, advogados e psicanalistas. Na modalidade presencial, podem

participar apenas magistrados e equipes multidisciplinares, ambos indicados pelas Presidências dos Tribunais de Justiça via ofício. Para a modalidade virtual, inscreva-se [aqui](#).

Comunicação Social TJSP – SB (texto) / Divulgação (arte)

imprensati@tjsp.jus.br

"Carta de Mulheres" registra 2 mil mensagens recebidas

Iniciativas e Ações Sociais - 17/11/2021



Projeto auxilia com informações e orientações

Lançado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 7 de abril de 2020, logo no início da pandemia da Covid-19, o projeto Carta de Mulheres alcançou, hoje (17) a marca de 2 mil mensagens recebidas, o que equivale a mais de 100 solicitações mensais. A iniciativa, liderada pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), auxilia vítimas com informações e orientações sobre como agir, os locais de atendimento, os tipos de medidas protetivas e os desdobramentos de uma denúncia. Clique [aqui](#) para acessar o formulário e entrar em contato com o projeto.

Das 2 mil mensagens recebidas, 705 vieram da Capital e 692 da grande São Paulo, litoral e interior. Mais de 500 cartas vieram de outros estados e cinco de outros países (veja os gráficos abaixo). Todos os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha foram relatados: violência psicológica, citada 1.675 vezes,

violência moral (1.303), violência física (994), violência patrimonial (527) e violência sexual (167). Em muitos casos, foram informados mais de um tipo de violência.

De acordo com os relatos, o marido/companheiro é o agressor mais recorrente da vítima (629 casos), seguido do ex-marido (602) e do ex-namorado (205). Também figuram filhos e enteados, irmãos, pai e namorado, entre outros. Em relação à etnia das vítimas, 938 se declararam brancas, 678 pardas, 194 pretas, 31 amarelas e 10 indígenas.

Projeto Carta de Mulheres - Inspirado na iniciativa homônima Carta de Mujeres, da Justiça peruana, o projeto do TJSP oferece orientações às vítimas ou pessoas que desejam ajudá-las. Todas as solicitações são respondidas por uma equipe de profissionais que atua na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp). São informados os locais para atendimento adequado, como delegacias, casas de acolhimento, Defensoria Pública, Ministério Público, além de diversos programas de ajuda de instituições públicas ou organizações não governamentais. Também são esclarecidos os possíveis desdobramentos em casos de denúncia e os tipos de medidas protetivas existentes. O sigilo é garantido e a equipe atende demandas de todo o mundo. O programa se destina exclusivamente a fornecer orientações e não haverá o encaminhamento dos relatos aos demais órgãos ou instituições do sistema de Justiça.

Comunicação Social TJSP – AA (texto) / LF (artes)

imprensati@tjsp.jus.br

19ª Semana Justiça pela Paz em Casa começa na próxima segunda-feira

Campanhas - 19/11/2021



Tribunais promovem última edição de 2021

A 19ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os Tribunais de Justiça de todo país, ocorrerá entre os dias de 22 e 26/11. Durante a semana são realizados mutirões de audiências e julgamentos de processos envolvendo violência doméstica e familiar e casos de feminicídio.

As Semanas Justiça pela Paz em Casa ocorrem em três épocas do ano que marcam datas importantes de sensibilização pela igualdade de gênero: o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março; a data de sanção da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), em 7 de agosto; e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, datada de 25 de novembro. Com a edição da Portaria CNJ n. 15/2017 e da Resolução CNJ n. 254/2018, a Semana Justiça Pela Paz em Casa foi incorporada à Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e passou a ocorrer de forma contínua. A primeira campanha foi realizada em março de 2015. Na 18ª edição, ocorrida em março, o Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), contabilizou 789 sentenças em violência contra a mulher e 972 medidas protetivas concedidas. Também foram realizadas nos formatos híbrido, presencial e virtual 1.064 audiências de instrução, 172 audiências do artigo 16 da Lei Maria da Penha e 97 audiências preliminares, de acolhimento e justificação.

Neste ano, o mutirão judicial conta com mais uma ferramenta: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero (<https://www.cnj.ius.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>). O documento traz orientações baseadas em método analítico que incorpora a categoria do gênero na análise das questões litigiosas. Ele foi elaborado por grupo de trabalho instituído pelo CNJ, com a participação de representantes de diferentes ramos de Justiça, especialistas e membros de universidades brasileiras. Em suas 120 páginas, o protocolo reúne explicação de conceitos, apresentação de casos e outros tópicos relacionados ao tema.

Comunicação Social TJSP – TM (texto) / AD (arte)

imprensa@tjsp.ius.br

**RESOLUÇÕES,
PORTARIAS E
COMUNICADOS
PUBLICADOS NO DIÁRIO
DA JUSTIÇA
ELETRÔNICO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO
2021**

PORTARIA Nº 9.940/2021

O Desembargador **GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a Doutora RENATA MAHALEM DA SILVA TELES, Juíza de Direito, como membro, para compor a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Comesp, até 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º - DESIGNAR as Doutoradas FLÁVIA MARTINS DE CARVALHO, JULIANA SILVA FREITAS e LÍVIA ANTUNES CAETANO, Juízas de Direito, para comporem, como colaboradoras, a referida Coordenadoria no período supramencionado.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. São Paulo, 22 de janeiro de 2021.

GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO, Presidente do Tribunal de Justiça

Dje. De 03/02/2021, pág 37

COMUNICADO CONJUNTO Nº 562/2021 (PROTOCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, em cumprimento ao disposto no Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA **terá sua décima sétima edição na semana de 08 a 12 de março de 2021.**

I-SOLICITA-SE aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas.

II-DETERMINA-SE que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa

- 1 - *Quantidade de Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação realizadas na Semana;
- 2 - *Quantidade de Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha realizadas na Semana;
- 3 - *Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana;
- 4 - Quantidade de Despachos proferidos na Semana;

- 5 - Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
 - 6 - Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas (Decisões denegando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
 - 7 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas (Decisões revogando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor previamente concedidas ou homologas pelo Juízo) na Semana;
 - 8 - Quantidade de Medidas Protetivas homologadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial;
 - 9 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial;
 - 10 - Número de magistrados que atuaram na Semana;
 - 11 - Número de servidores que atuaram na Semana;
 - 12 - Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos;
 - 13 - Total de Sentenças de Conhecimento com resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana;
 - 14 - Total de Sentenças de Conhecimento sem resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana;
 - 15 - Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com resolução de mérito em Feminicídio na Semana;
 - 16 - Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem resolução de mérito em Feminicídio na Semana.
- *As quantidades de audiências deverão ser detalhadas pela forma de realização, indicando se no formato presencial, virtual ou híbrido

III-COMUNICA-SE, finalmente, que conforme Parágrafo Único, do Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, as Semanas JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA serão realizadas:

Na segunda semana do mês de março;

Na penúltima semana do mês de agosto e

Na última semana do mês de novembro.

A próxima Campanha JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA, que se realizará em agosto de 2021, possui previsão de extração das informações diretamente do sistema SAJ/PG5.

Oportunamente serão divulgadas orientações às Unidades Judiciais.

Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br

Publ. Dje 01/03/2021, pag 08

COMUNICADO CG Nº 925/2021 (Processo nº 2019/55139)

A Corregedoria Geral da Justiça visando garantir o sigilo do endereço de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em processos cíveis e de família

COMUNICA aos Magistrados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça, Advogados, Dirigentes e Servidores das Unidades Judiciais de Primeira Instância que:

- 1) Foi disponibilizada no peticionamento eletrônico inicial opção que possibilita a dispensa do preenchimento obrigatório do endereço da parte, conforme segue: Polo ativo: Polo passivo:
- 2) Para utilização dessa funcionalidade, a parte deverá informar, no corpo da petição, que deixa de mencionar o endereço da mulher, bem como declinar o número dos autos do Processo ou do Inquérito Policial que tenha por objeto a apuração da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, envolvendo as mesmas partes.
 - 2.1) Nesse caso, o endereço deverá ser informado por peticionamento eletrônico intermediário utilizando o tipo de petição “7726 – Endereço Sigiloso – Violência Doméstica” para possibilitar o sigilo da informação para a parte contrária.
 - 2.2) No cadastro de partes do sistema SAJ/PG-5, apenas no campo logradouro deverá ser anotado “mulher vítima de violência doméstica e familiar”, deixando em branco os demais campos do endereço.
- 3) O cumprimento das diligências deverá se dar, preferencialmente, de forma remota, não sendo recomendado o envio de carta.
- 4) Expedindo-se mandado para cumprimento por oficial de justiça, o cartório deverá selecionar manualmente a zona correspondente ao endereço da parte, incumbindo ao chefe da Seção Administrativa de Distribuição de Mandados respectiva entrar em contato com a unidade judicial para obtenção dos dados do endereço.
- 5) No caso de expedição de precatória, deverá ser indicado no corpo do documento o sigilo do endereço por se tratar de mulher vítima de violência doméstica e familiar, incumbindo ao escrivão do Ofício do Juízo deprecado entrar em contato com o Juízo deprecante, por e-mail, para obter os dados do endereço.
- 6) Recomenda-se aos magistrados, respeitada sua livre convicção, que considerem a existência de situação de violência doméstica e familiar contra a mulher como fundamento para a concessão de segredo de justiça, como medida para proteção dos dados pessoais da ofendida, em processos cíveis e de família, ainda que ajuizados por/contra parte diversa.

Dúvidas sobre as presentes orientações deverão ser encaminhadas ao e-mail spi.diagnostico@tjsp.jus.br.

**Comunicado Conjunto nº 303/2021
(Expediente nº 2021/00022500)**

A Presidência do Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, a Presidência da Seção de Direito Criminal e a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário - COMESP, considerando o ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 000.018/2021, firmado com a UNIVERSIDADE NOVE de JULHO - UNINOVE para atendimento especializado multidisciplinar na área de saúde às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na Comarca de São Paulo, informam que a partir de 10 de maio de 2021, os encaminhamentos se farão através do endereço eletrônico projettorompa@uninove.br. Deverão constar do e-mail de encaminhamento necessariamente as seguintes informações:

Nome Completo:

CPF:

Data de Nascimento:

Nome completo da mãe:

Telefone Fixo e/ou Celular (inclusive de equipamento público no qual eventualmente a vítima se encontre):

E-mail (caso disponível):

Dje 10/05/2021, pág 01

SPI - Secretaria de Primeira Instância

COMUNICADO CONJUNTO Nº 1584/2021 (PROTOCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, em cumprimento ao disposto no Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça,

COMUNICAM aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha terá **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** sua décima oitava edição na semana **de 16 a 20 de agosto de 2021**.

I-SOLICITA-SE aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas.

II-DETERMINA-SE que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP**, no seguinte endereço: www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa

1 - *Quantidade de Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação realizadas na Semana;

2 - *Quantidade de Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha realizadas na Semana;

- 3 - *Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana;
 - 4 - Quantidade de Despachos proferidos na Semana;
 - 5 - Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
 - 6 - Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas (Decisões denegando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
 - 7 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas (Decisões revogando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor previamente concedidas ou homologas pelo Juízo) na Semana;
 - 8 - Quantidade de Medidas Protetivas homologadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial;
 - 9 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial;
 - 10 - Número de magistrados que atuaram na Semana;
 - 11 - Número de servidores que atuaram na Semana;
 - 12 - Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos;
 - 13 - Total de Sentenças de Conhecimento com resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana;
 - 14 - Total de Sentenças de Conhecimento sem resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana;
 - 15 - Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com resolução de mérito em Feminicídio na Semana;
 - 16 - Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem resolução de mérito em Feminicídio na Semana.
- *As quantidades de audiências deverão ser detalhadas pela forma de realização, indicando se no formato presencial, virtual ou híbrido.

III-COMUNICA-SE, finalmente, que conforme Parágrafo Único, do Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, as Semanas JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA serão realizadas: Na segunda semana do mês de março; Na penúltima semana do mês de agosto e Na última semana do mês de novembro. Serão divulgadas, oportunamente, orientações às Unidades Judiciais quanto à possibilidade de extração automática das informações da 19ª edição da campanha diretamente do sistema SAJ/PG5. Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br

Dje de 29/07/2021 pág 1

SPI - Secretaria de Primeira Instância

COMUNICADO CONJUNTO Nº 1584/2021 (PROTOCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, em cumprimento ao disposto no Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça,

COMUNICAM aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua décima oitava edição na semana de 16 a 20 de agosto de 2021.

I-SOLICITA-SE aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas.

II-DETERMINA-SE que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE, ao final do expediente.**

O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço:
www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa

- 1 - *Quantidade de Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação realizadas na Semana;
- 2 - *Quantidade de Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha realizadas na Semana;
- 3 - *Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana;
- 4 - Quantidade de Despachos proferidos na Semana;
- 5 - Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
- 6 - Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas (Decisões denegando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
- 7 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas (Decisões revogando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor previamente concedidas ou homologas pelo Juízo) na Semana;
- 8 - Quantidade de Medidas Protetivas homologadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial;
- 9 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial;
- 10 - Número de magistrados que atuaram na Semana;
- 11 - Número de servidores que atuaram na Semana;
- 12 - Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos;
- 13 - Total de Sentenças de Conhecimento com resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana;
- 14 - Total de Sentenças de Conhecimento sem resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana;
- 15 - Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com resolução de mérito em Feminicídio na Semana;
- 16 - Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem resolução de mérito em Feminicídio na Semana.

*As quantidades de audiências deverão ser detalhadas pela forma de realização, indicando se no formato presencial, virtual ou híbrido.

III-COMUNICA-SE, finalmente, que conforme Parágrafo Único, do Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, as Semanas JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA serão realizadas

Na segunda semana do mês de março;

Na penúltima semana do mês de agosto e Na

última semana do mês de novembro.

Serão divulgadas, oportunamente, orientações às Unidades Judiciais quanto à possibilidade de extração automática das informações da 19ª edição da campanha diretamente do sistema SAJ/PG5. Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br

COMUNICADO CONJUNTO Nº 2596/2021 (PROTOCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, em cumprimento ao disposto no Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua décima nona edição na semana de 22 a 26 de novembro de 2021.

I-SOLICITA-SE aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas.

II-DETERMINA-SE que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE, ao final do expediente**. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa

1 - *Quantidade de Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação realizadas na Semana;

2 - *Quantidade de Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha realizadas na Semana;

3 - *Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana;

4 - Quantidade de Despachos proferidos na Semana;

5 - Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;

6 - Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas (Decisões denegando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;

7 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas (Decisões revogando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor previamente concedidas ou homologas pelo Juízo) na Semana;

8 - Quantidade de Medidas Protetivas homologadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial;

- 9 - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial;
- 10 - Número de magistrados que atuaram na Semana;
- 11 - Número de servidores que atuaram na Semana;
- 12 - Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos;
- 13 - Total de Sentenças de Conhecimento com resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana;
- 14 - Total de Sentenças de Conhecimento sem resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana;
- 15 - Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com resolução de mérito em Feminicídio na Semana;
- 16 - Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem resolução de mérito em Feminicídio na Semana.

*As quantidades de audiências deverão ser detalhadas pela forma de realização, indicando se no formato presencial, virtual ou híbrido.

III-COMUNICA-SE, finalmente, que conforme Parágrafo Único, do Art. 6º, da Resolução nº 254, de 04/09/2018, do Conselho Nacional de Justiça, as Semanas JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA serão realizadas:

Na segunda semana do mês de março;

Na penúltima semana do mês de agosto

e Na última semana do mês de novembro.

Serão divulgadas, oportunamente, orientações às Unidades Judiciais quanto à possibilidade de extração automática das informações da 20ª edição da campanha diretamente do sistema SAJ/PG5. Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br

COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO 2021

COMPOSIÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - CSV PORTARIA Nº 8.554/2012

Coordenadora - CSV:	Fabíola Lúcia Guimarães Anauate
Supervisora de Serviço de Apoio e Informações – CSV 1 :	Erika Cristina Bomfim Tolare
Supervisora de Serviço de Expediente – CSV 2:	Rosely Gomes da Silva
Agente de Serviço Judiciário:	Marcia Helena de Castro

LOCALIZAÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO – CSV

COMESP - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum João Mendes Júnior

Praça Doutor João Mendes, s/n - 13º andar - salas: 1317 - CEP.: 01501-900 - Centro - São Paulo - SP
Telefones.: (11) 35389035, 9034, 9038 e 9039.

e-mail: comesp@tjsp.jus.br